

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA-FACCAT PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL -MESTRADO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA
(RS): A SOCIEDADE E OS PROFESSORES DIANTE AS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA PRÁTICA**

DAIANE RUSSO VERONEZI

**Taquara
2019**

Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Desenvolvimento Regional

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA
(RS): A SOCIEDADE E OS PROFESSORES DIANTE AS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA PRÁTICA**

Orientador: Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr
Coorientador Prof^o Dr. Marcos Paulo Dhein
Griebeler
Linha de Pesquisa: Instituições, Ordenamento
Territorial e Políticas Públicas para o
Desenvolvimento Regional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional das
Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT como
pré-requisito à obtenção do título de Mestre.

Taquara
2019

DAIANE RUSSO VERONEZI

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA (RS): A
SOCIEDADE E OS PROFESSORES DIANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA
PRÁTICA**

Esta dissertação foi julgada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e aprovada em forma final pela banca examinadora designada pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara- FACCAT.

Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr
Orientador PPGDR/FACCAT

Professor Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler
Coorientador PPGDR/FACCAT

Profa. Dra. Aillim Schwambach
(UFRGS/ISEI)

Prof. Dr. Mario Riedl
Coordenador PPGDR/FACCAT

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr (orientador)
Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler (coorientador)
Profa. Dra. Aillim Schwambach (UFRGS/ISEI)

Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (LDB9394/96 Art. 59, IV).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à banca examinadora do processo seletivo do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, composta pela professora Dra. Soraya, Professor Dr. Egon e professor Dr. Mario Riedil pela oportunidade concedida em ter cursado Mestrado e conseguido atingir um de meus objetivos pessoais e profissionais, acreditando em meu projeto e proporcionando um grande aprendizado.

Aos meus orientadores, Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr, pela ajuda e paciência, pela confiança, apoio, dedicação e orientação; ao meu coorientador, professor Dr. Marcos, pelas correções; e, principalmente, à professora Raquel Caetano que foi meu primeiro contato com a FACCAT, enviando documentos que serviram para a organização de meu projeto. Além de revisá-lo, concedeu também muitas dicas para minha aprovação no processo seletivo.

A minha família que participou de toda minha caminhada proporcionando incentivo e apoio em todas as etapas deste trajeto. Aos meus filhos, William e Guilherme, pela compensação nos momentos de minha ausência física e emocional, e ao meu marido, Marco, pelo incentivo moral. E a minha amiga e nora Valquiria, por ser muito detalhista na revisão dos meus artigos antes da entrega.

As minhas colegas e amigas Eliane, Liane e Maria Inês por todo companheirismo durante o curso presencial e por dividirem não somente ideias intelectuais nas incansáveis pesquisas na biblioteca da FACCAT até tarde, mas também por dividirem comigo sua amizade e, acima de tudo, dividirem pernoites divertidas e animadas.

Ao meu amigo Juarez Camargo, por me ajudar e me apresentar à professora Raquel para dar início a este meio acadêmico, dividindo artigos e literaturas desconhecidas para obter o resultado deste processo de aprendizagem.

A minha amiga e vice-diretora Professora Glória que compendeu minha ausência na escola para dedicação às leituras e para frequentar as aulas sem nem um tipo de prejuízo profissional. A minha amiga Rita que proporcionou momentos únicos em um projeto educativo para com meus alunos para compensar minha ausência,

proporcinando um aprendizado mútuo. Por fim, agradeço de coração a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho de me tornar Mestre fosse possível.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a legislação vigente voltada para a educação de acordo com a LDB 9394/96 e a prática pedagógica da educação inclusiva a fim de verificar se a educação inclusiva está sendo posta em prática diante as políticas públicas, no município de Capão da Canoa, Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. O município de Capão da Canoa, RS dispõe de 21 escolas, sendo nove de Educação Infantil, 11 de Ensino Fundamental e uma de Ensino Educacional Especializado. Algumas escolas desses níveis de ensino serviram de base para a coleta de dados, sendo que alguns profissionais da educação, como professores, auxiliares, funcionários e estagiários, participaram da entrevista, colaborando com os resultados desta pesquisa. Este estudo terá como base a revisão bibliográfica e legislativa para as informações legais e os resultados obtidos através de entrevista com profissionais da área da educação regular e educação inclusiva. A problemática desta pesquisa será uma questão desafiadora do dia a dia dos educandos: a educação inclusiva. Quando ela é posta em prática na sua realidade, os alunos matriculados na escola estão adquirindo aprendizagem e direitos de igualdade sem qualquer discriminação? A busca pelos resultados estará disposta de forma detalhada para melhor resultado qualitativo e quantitativo, através de entrevistas com profissionais da educação. Esta pesquisa terá como base de dados, de acordo com o apêndice B, entrevistas individuais e em grupos em formato de seminários e conversas individualizadas. Já os resultados serão dispostos através de imagens de gráficos, quadros e tabelas que disponibilizarão melhor visibilidade do que foi o instrumento de pesquisa. O intuito deste estudo é conhecer a educação inclusiva e os alunos inseridos nesse contexto, bem como os profissionais que atendem essa demanda na hora das matrículas. Além disso, visa-se investigar se os professores estão preparados intelectualmente e psicologicamente para trabalhar com os alunos inclusos. É importante ressaltar que a inclusão de alunos deve ser feita de fato, não somente os inserindo na rede regular de ensino, porque a inclusão vai além de aluno especial em rede regular. Ela visa a resultados positivos de aprendizagem e socialização do estudante.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Direito de Igualdade. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The purpose of this research is to know the legislation in force for education in accordance with LDB 9394/96 and the pedagogical practice of inclusive education. To find out if the inclusive education is being put into practice in the face of public policies, in the municipality of Capão da Canoa Litoral Norte of the state of Rio Grande do Sul. The municipality of Capão da Canoa-RS has 21 schools, of which 9 are primary schools, 11 are secondary schools and 11 are secondary schools. Some schools have been used as a basis for data collection, and some education professionals such as teachers, assistants, staff and trainees participated in the interview to search for results for this research. This research will be based on the bibliographical and legislative revision for the legal information and level of knowledge to the results obtained through interviews with professionals in the area of regular education and inclusive education. The problematic of this research will be through a delicate question of the day to day of the students, the inclusive education is being put into practice in its reality, the students enrolled there are acquiring learning and equality rights without any discrimination? The search for the results will be arranged of this research of detailed form for better qualitative and quantitative result of form of interviews with professionals of the education. This research will have as a database of interviews according to Appendix B, individual interviews and in groups in seminars format and individualized conversations, the results will also be arranged by graphic images, tables and tables that will provide better visibility of what was the research instrument. The purpose of this research is to know the inclusive education and the students inserted there, also to know the professionals who meet this demand of enrollments, if they are prepared intellectually and psychologically to attend the included students. The inclusion of these students is actually being done, not only by inserting into the regular education network, the inclusion goes beyond a special student in a regular network, the search for the results of learning and socialization is also in this chain.

Keywords: Inclusive Education. Right of Equality. Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAE- Associação de Pais e Amigos Especiais
CENESP- Centro Nacional de Educação Especial
CEP- Comitê de Ética e Pesquisa
CF- Constituição Federal
CID- Classificação Internacional de Doenças
CNE- Conselho Nacional de Educação
DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais
DF- Distrito Federal
DMET- Declaração Mundial de Educação para Todos
DS- Declaração de Salamanca
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA- Educação de Jovens e Adultos
EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI- Escolas Municipais de Educação Infantil
FACCAT- Faculdades Integradas de Taquara
FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBC- Instituto Benjamim Constant
IBGE- Instituto Brasileiro de Estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IIMC-Imperial Instituto dos Meninos Cegos
INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira
INES- Instituto Nacional de Educação dos Surdos
ISM- Instituto dos Surdos Mudos
LDB- Leis de Diretrizes e Bases
LDBN- Leis de Diretrizes e Bases Nacionais
MEC- Ministério de Educação e Cultura
MIP- Modelo de Instrumento de Pesquisa
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS- Organização Mundial de Saúde
PBF- Programa de Bolsa Família
PCM- Parâmetros Curriculares Municipais
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PMCC- Prefeitura Municipal de Capão da Canoa
PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
PPP- Projeto Político Pedagógico
RS- Rio Grande do Sul
SIM- Sistema de Informação e Mortalidade
SMEC- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SUS- Sistema Único de Saúde
TCLE- Termo de Consetimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	15
Figura 2-	16
Figura 3-	46
Figura 4-	47
Figura 5-	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	38
Quadro 2-	39
Quadro 3-	55
Quadro 4-	56
Quadro 5-	61
Quadro 6	65
Quadro 7-	69
Quadro 8-	76
Quadro 9-	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	47
Gráfico 2-.....	62
Gráfico 3-.....	66
Gráfico 4-.....	68
Gráfico 5-	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1 A educação na contemporaneidade	22
2.2 Desenvolvimento Regional: Políticas Públicas para a Educação Inclusiva.....	32
2.3 Os dados censitários da pesquisa sobre educação	41
2.4 Ordens cronológicas: contribuição dos dados censitários para a educação.....	42
2.5 Censo Demográfico: Cultural; Social; Regional.....	44
2.6 Censo Demográfico: Cultura; Educação; Escola	45
2.7 Censo Demográfico: Instituição escolar; Leis; Competências; Inclusão.....	49
2.8 Rendimentos; Financeiro; Escolar; Conhecimento	50
2.9 Censo: Distribuição de valores; Competências.....	51
3 O CENÁRIO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	53
3.1 Litoral Norte - Políticas Públicas nas Escolas - Professores.....	54
3.2 As entrevistas: docência com alunos de inclusão.....	59
4 QUESTÕES ANALISADAS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS	64
4.1 Tempo de docência com alunos de inclusão; Experiência docente em geral.	64
4.2 Experiência quanto a alunos inclusos com e sem currículo adaptado.....	67
4.3 Políticas Educacionais em prática.....	69
5 A IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DO CENSO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS ADAPTADOS	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	99
APÊNDICE B: MODELO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	100

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a educação de forma geral, enfatizando a educação inclusiva no município de Capão da Canoa, RS. Além disso, tem como objetivo pesquisar as didáticas pedagógicas diante das leis de amparo aos educandos inclusos com necessidades especiais, incluídos na rede regular de Ensino Fundamental, com auxílio de professores de Educação Especial e apoio pedagógico adaptado.

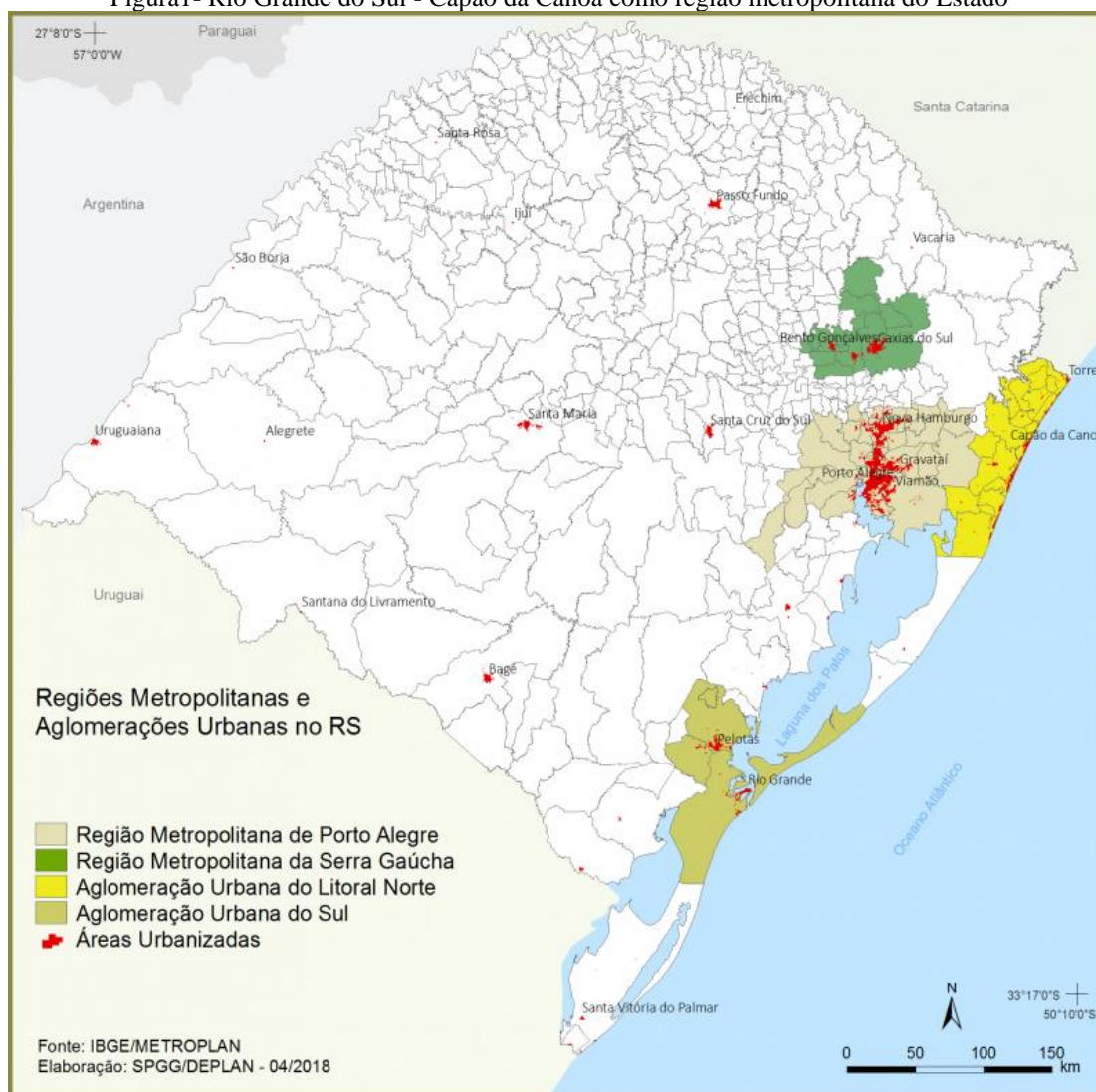
Aborda-se a relação entre a prática de uma educação tradicional e a educação especial inclusiva, em práticas pedagógicas distintas para a educação tradicional. Trabalham-se também os valores de igualdade constituídos nas leis que serão abordados no discorrer deste estudo, abarcando também a educação inclusiva nos dias atuais. Esta preocupação é constituída tanto pela equipe pedagógica quanto pelos alunos e familiares, porque a inclusão de estudantes com necessidades especiais lhes garante aprendizado e também inclusão social, permitindo uma vida digna e de igualdade.

Na oferta de educação inclusiva, em se tratando de alunos com necessidades especiais, abordar-se-á a educação na sua prática diária diante da aplicação de questionário qualitativo e quantitativo em entrevista semiestruturada. Os dados coletados e aqui apresentados referem-se à prática na sua realidade, sendo que os resultados desta pesquisa mostram-se qualitativos para alguns tópicos, em especial a sua realidade, recebendo esses alunos uma aprendizagem de acordo com suas limitações.

A base desta pesquisa foi organizada a partir de escolas da rede pública de ensino do município de Capão da Canoa, RS, no Litoral Norte. As escolas dessa rede foram avaliadas de modo geral por meio de material teórico, bem como por pesquisas de campo quando foram aplicadas as entrevistas direcionadas aos funcionários da referida rede municipal de ensino.

Na sequência, segue a figura da região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Capão da Canoa, RS, instrumento de estudo desta pesquisa.

Figura1- Rio Grande do Sul - Capão da Canoa como região metropolitana do Estado

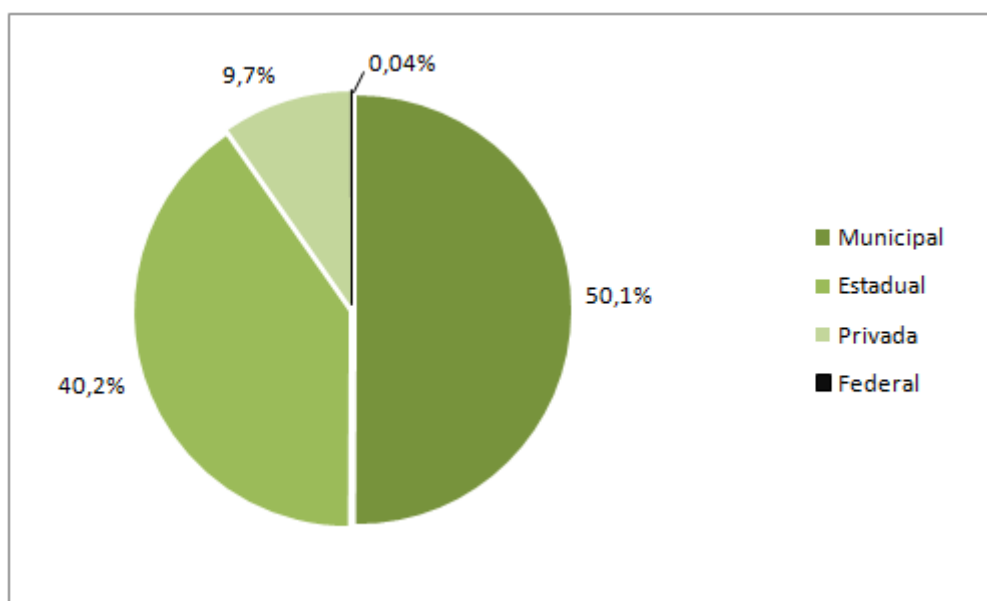


Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-rmpa-rmsg-aglomeracoes->>. Acesso em: fevereiro, 2019.

Há um destaque para o crescimento das matrículas, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira), nas redes municipais de ensino público, atendendo a toda rede de Ensino Fundamental. Dá-se a responsabilidade aos municípios de (re)organizarem, de forma adequada, os alunos, independentemente de possuírem ou não necessidades especiais intelectuais ou físicas, de acordo com a legislação federal.

Na figura a seguir, destaca-se o aumento do número de alunos matriculados em redes municipais de ensino. Essa demanda é distribuída por microrregiões. Em Capão da Canoa, RS, há um grande número de vagas e matrículas nas escolas municipais.

Figura 2- Estabelecimentos no Ensino Fundamental no RS, por dependência administrativa 2017



Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/graf-pizza-estabelecimentos-na-ensino-fundamental-no-rs-por-dependencia-administrativa-2017>>. Acesso em: fevereiro, 2019.

Na educação de forma geral e no contexto da educação especial, deve ser observada também a formação e a qualificação dos professores para receber e atender esses alunos. Dessa forma, a formação pedagógica é de suma importância para todo e qualquer docente, favorecendo o trabalho com o aluno de inclusão. Ao abordar a inclusão de alunos com necessidades especiais, será feita uma abordagem quanto aos demais estudantes que também são inclusos de forma econômica e social. Assim, é importante preparar esse profissional para trabalhar com os alunos de inclusão, pois ele atua diretamente com diferentes cotidianos.

As pesquisas apresentadas neste estudo foram realizadas a partir das leis de amparo para todos e quaisquer alunos matriculados nas escolas da rede pública, estabelecendo as leis de políticas públicas para sua eficácia nas atividades de ensino pedagógico. O foco deste estudo deu-se quanto à relevância da educação inclusiva e suas peculiaridades dentre as leis que amparam a educação básica, no segmento público. Além da LDB¹ 9394/96, também se

¹ Leis de Diretrizes e Base.

tem a Constituição Federal de 1988 (CF), que traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. Garante também educação igual e sem discriminação, como dever do Estado, ofertando atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208) disposto pelo IBGE² de acordo com o censo³ para manter os materiais direcionados e qualificar os profissionais com especialização adequada para atender os alunos inclusos. É a partir do censo feito pela secretaria da escola que tais providências são postas em prática. Então, quando abordada toda a equipe pedagógica, deve-se conscientizar desde o primeiro funcionário que recebe a matrícula na escola, a fim de que o trabalho em conjunto dê a oportunidade ao aluno de receber o amparo de que necessita. A inclusão é um direito do aluno, devendo, portanto, a escola favorecê-la.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA⁴, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

De acordo com o artigo 60, até o 14º (décimo quarto) ano, a partir da promulgação dessa Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o *caput* do artigo 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições: II - os Fundos referidos no inciso I do *caput*

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³ Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo, e constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente.

deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 155; o inciso II do *caput* do artigo 157; os incisos II, III e IV do *caput* do artigo 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do *caput* do artigo 159, todos da Constituição Federal. Esses valores são distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do artigo 211 da Constituição Federal.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de APAE⁵; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, garantindo educação e socialização igual a todos os alunos matriculados sem discriminação por sua limitação.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais. Em função disso, acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes de escolas especiais.

Em 1973, o MEC⁶ cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do

⁵ Associação de Pais de Alunos Especiais.

⁶ Ministério da Educação e Cultura.

Estado. Assim, a matrícula desses estudantes em escolas especiais e não em escolas regulares de ensino garantia uma forma de aprendizagem.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem.

Esta pesquisa será dividida em tópicos que abordarão uma revisão literária, com autores que reforçam seus estudos ao longo dos anos na perspectiva educacional. Será também realizada uma análise via dados censitários de acordo com o IBGE, de uma ordem cronológica, abordando o início da coleta de dados, a visão cultural, institucional, os rendimentos financeiros e uma pesquisa conforme a legislação vigente. Além disso, também será abordado o desenvolvimento demográfico no município de Capão da Canoa, RS, bem como será apresentado o resultado do instrumento de pesquisa, de forma quantitativa e qualitativa, a partir da entrevista com os professores e com os funcionários durante a coleta de dados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura fundamentou-se em pesquisas bibliográficas, em artigos, livros, periódicos e também nos resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa. A partir desses dados, buscou-se o foco para uma comparativa entre as teorias para alunos com necessidades especiais, matriculados especialmente em escolas públicas no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul.

Foram utilizados teóricos que abarcam esse tema, fazendo-se uma revisão sistemática como meio de busca de resultados importantes acerca desse assunto. A partir da legislação vigente para a educação, chega-se aos direitos reservados à educação inclusiva para alunos especiais, sem qualquer tipo de discriminação, reservando direitos iguais a todos.

Para Moehlecke (2002):

A adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil caracterizaria a garantia de um direito ou o estabelecimento de um privilégio? Aqueles que as percebem como um privilégio, atribuem-lhes um caráter inconstitucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em detrimento de outro e estariam em oposição à idéia de mérito individual, o que também contribuiria para a inferiorização do grupo supostamente beneficiado, pois este seria visto como incapaz de vencer por si mesmo. (MOEHLECKE, 2002, p. 208).

O acompanhamento de tais leis segue para que o aluno consiga ter seu desenvolvimento social independente de sua limitação, para, no futuro, ter um convívio com a sociedade, não dependendo de órgãos públicos para manter sua dignidade pessoal. Dessa forma, considera-se que a qualificação acadêmica do estudante favorecerá uma colocação no mercado de trabalho, com a ajuda de profissionais da educação qualificados, que, ao respeitarem as leis, possibilitarão essa oportunidade para o aluno tornar-se um cidadão incluso.

Para Mitler (2003, p. 149), essas metas dificilmente poderiam ser mais relevantes para alunos com necessidades especiais com o intuito de preparar a próxima geração ao trabalho e à vivência em uma sociedade mais inclusiva. Por outro lado, os alunos com necessidades especiais serão beneficiados se a próxima geração de cidadãos tiver um entendimento mais claro de assuntos relativos à justiça social e aos direitos humanos.

Com todas as barreiras encontradas pela sociedade discriminatória, a maior chance de busca ao resultado satisfatório será o esclarecimento social. No Brasil, como destaca Vieira e Alves (1995), a questão dos problemas com a educação e a qualificação profissional é unanimidade, pois sua metodologia é falha. Dessa forma, é necessário qualificar uma grande massa de trabalhadores, sendo que os programas devem incorporar a formação escolar e assim “possibilitar a continuação do processo educativo do trabalhador”. (VIEIRA; ALVES, 1995, p. 06). Em outras palavras, deve-se garantir também que esses alunos se qualifiquem além do Ensino Fundamental, possibilitando que eles possam garantir uma vaga de emprego, bem como seus próprios recursos financeiros.

Libâneo (2012, p.131) diz que:

É um desafio e há, atualmente, claro reconhecimento mundial e social de sua importância para o mundo de trabalho, para o desempenho da economia e para o desenvolvimento técnico - científico. Tal reconhecimento tem sido transformado em reformas e em políticas educacionais em vários países. Diante de esta colocação preparar nossos alunos para inclusão social é fundamental uma vez que todos precisarão de uma colocação no mercado de trabalho. (LIBÂNEO, 2002, p.131).

A busca da qualidade de ensino é um processo antigo e sempre em modificação uma vez que nunca será realmente finalizado porque a busca por melhorias é uma constante. Está-se sempre em busca não da perfeição na educação em geral, mas, sim, no melhor que cada um pode dar para seus alunos, visando o conhecimento. Acerca disso, Lück (2009, p.13) afirma que: “Desenvolver continuamente a competência profissional constitui-se em desafio a ser assumido pelos profissionais, constitui em condições fundamentais da qualidade de ensino.”. Assim, nenhuma escola pode ser melhor que os profissionais que nela atuam.

O desenvolvimento dos profissionais na área da educação na rede pública de ensino municipal de Capão da Canoa, RS, abrange uma constante modificação e transformação na busca de qualidade de ensino na educação inclusiva. Como ferramenta de estudo, será analisada a prática pedagógica após a verificação das leis existentes, bem como a experiência vivenciada diretamente nas escolas que proporcionam a inclusão. Se a opinião dos profissionais da educação não sofresse constante modificação, seria como afirmar que o aprendizado obteve seu fim, quando a educação jamais terá um fim em suas buscas por melhor entendimento.

Para esta pesquisa, foram utilizados questionários individuais em forma de entrevista em busca de dados quantitativos e qualitativos. Além disso, também foram analisadas pesquisas bibliográficas. Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados em gráficos a partir das amostras recolhidas e comparadas com dados censitários retirados do IBGE.

Esses dados qualitativos e quantitativos retirados do questionário disposto no apêndice B serão apresentados em forma de gráficos para visualizar os resultados que serão denominados quanto a sua categoria e também em formato de tópicos. Essas informações abordarão cada uma das questões propostas e as principais respostas dadas para dimensionar o resultado qualitativo para os objetivos dispostos nas entrevistas.

Para Reis (1996), os dados quantitativos representam informação resultante de características de serem medidas, apresentando-se com diferentes intensidades, que podem ser de natureza discreta (descontínua) ou contínua. Os dados quantitativos, ou numéricos, podem ser discretos, que são salientados como exemplos - contagens, número de alunos de uma escola. Já os dados qualitativos representam a informação que identifica alguma qualidade, categoria ou característica, não suscetível de medida, mas de classificação, assumindo várias modalidades. Na escala ordinal, a variável utilizada para medir uma determinada característica, além de identificar a pertença a uma classe, também pressupõe que as diferentes classes estão ordenadas sob um determinado critério. Cada observação faz a associação do indivíduo medido a uma determinada classe, sem, no entanto, quantificar a magnitude.

2.1 A educação na contemporaneidade

A presente pesquisa partiu da importância do estudo regional para uma educação condigna para todos e das prioridades destinadas à educação desde suas leis e melhorias em uma ordem cronológica de avanços que foram sendo alcançados, mas que ainda serão modificados para um futuro promissor. Através de estudos com esse foco se dão algumas reformas que possibilitam alterações e benefícios ao longo das políticas públicas educacionais e também no que diz respeito ao processo de aprendizagem para alunos inclusos por necessidades especiais, sociais e econômicas, sendo, neste trabalho, enfatizado o seguinte problema de pesquisa: *A educação inclusiva no olhar da sociedade e professores diante as*

políticas públicas na prática. Ainda será preciso muito estudo para uma eficácia nessa área de educação inclusiva, por isso a educação está em constantes modificações.

No entendimento de Reis (1996), para a eficácia da exatidão dos resultados, sugerem-se as seguintes etapas do método estatístico para a resolução de problemas: a) Identificação do problema ou situação; b) Recolha de dados; c) Crítica dos dados; d) Apresentação dos dados; e) Análise e interpretação dos resultados. Para o teórico, os quadros e os gráficos devem apresentar sempre três partes: o cabeçalho, o corpo e o rodapé. No cabeçalho, deve ser dada a informação sobre os dados que foram abordados; no corpo, devem ser apresentados os dados que podem ser no formato de tópicos; já no rodapé, devem ser indicadas a fonte dos dados e as observações pertinentes à eficácia das respostas.

Para ressaltar a educação em geral, bem como os benefícios que as políticas públicas ao longo dos anos foram agregando para a educação e os acessos que os alunos obtiveram em uma ordem cronológica dentre seus direitos reservados para uma aprendizagem adequada e de qualidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido. No entanto, já se acrescentou uma grande chance de seus direitos, uma vez que pessoas com necessidades especiais não ficarão mais reclusas e separadas da sociedade.

As políticas públicas trouxeram mudanças importantes, que permitiram a oferta de vagas na educação básica, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de cada aluno, fundamentando a educação especial na perspectiva da integração. Constata-se, de acordo com o censo de 2010, um aumento de 10% no número de matrículas nessa modalidade de ensino. Em 2009, havia 639.718 matrículas e, em 2010, 702.603. Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e em EJA, o aumento foi de 25%, conforme dados do censo fornecido pelo IBGE. Enquanto isso, nas classes especiais e nas escolas exclusivas, houve diminuição de 14% no número de alunos, evidenciando o êxito da política de inclusão na educação básica brasileira.

Já em 2011, percebe-se um aumento de 7% no número de matrículas nessa modalidade de ensino. Em 2010, havia 702.603 matrículas e, em 2011, 752.305. Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e na EJA, o aumento foi de 15,3%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas, houve diminuição de 11,2% no número de alunos, mostrando, também, já neste ano, o sucesso da política de inclusão na educação básica brasileira.

Os avanços alcançados pela atual política são refletidos em números de acordo com os dados retirados dos principais indicadores utilizados para a educação no Brasil como censo demográfico e IBGE: 62,7% do total de matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2011, esses números alcançaram 78,3% nas públicas e 21,7% nas escolas privadas, mostrando claramente a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com necessidades especiais.

No censo de 2012, constata-se um aumento de 9,1% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012. Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e na EJA, o aumento foi de 11,2%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas, houve aumento de 3% no número de alunos devido ao aumento da EJA (51,4%).

Os importantes avanços alcançados pela atual política são refletidos em números: 62,7% das matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2012, esses números alcançaram 78,2% nas públicas e 21,8% nas escolas privadas, mostrando a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência.

No censo de 2013, nota-se um aumento de 2,8% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, que passou de 820.433 matrículas em 2012 para 843.342 em 2013. Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e na EJA, o aumento foi de 4,5%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas, houve queda de 2,6% no número de alunos. Os importantes avanços alcançados pela atual política são refletidos em números: 62,7% das matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2013, esses números alcançaram 78,8% nas públicas e 21,2% nas escolas privadas, mostrando a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino no esforço quanto à organização de uma política pública universal e acessível às pessoas com necessidades especiais.

Através desses dados coletados, destaca-se a importância de buscar conhecimento no intuito de auxiliar não somente os alunos inclusos por necessidades especiais, mas também

um grande grupo de alunos inseridos nesse contexto. Visa-se, com isso, pensar o futuro desses estudantes, buscando mudanças que façam as políticas educacionais alterarem seus objetivos.

Conforme a definição apresentada por Gil (1999), a pesquisa deve ser considerada um processo, pelo qual, através da metodologia científica, o pesquisador possa obter o conhecimento da situação real da sociedade. Para isso, segundo o teórico, é fundamental considerar toda a complexidade no relacionamento do homem com a sociedade nas mais diversas áreas como política, economia, entre outras.

Ainda, na visão de Gil (1999, p. 26), “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou a chegar a esse conhecimento”. Esta pesquisa será científica e social, uma vez que dará ênfase para as metodologias científicas e também porque, diante dos processos e leis colocadas em sua prática pedagógica, será abordada uma realidade educacional nas escolas públicas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar que não há uma aprendizagem homogênea. Todo e qualquer aluno, sendo ele aluno ou não de necessidades especiais, sociais e ou econômicas, apresenta algum tipo de limitação para aprendizagem. Isso porque suas dificuldades são inúmeras. Assim, a busca por conhecimento por parte dos profissionais e um esclarecimento social possibilitará oportunidades para uma educação digna e de qualidade.

Ao tratar de pessoas com necessidades especiais, a qualificação da equipe pedagógica também deve ser especial, através do conhecimento direcionado ao atendimento desses alunos, permitindo segurança e confiança para a família que confia seus filhos a essa instituição. A busca por uma aprendizagem igual também se refere à eventual dificuldade apresentada pelo educando em determinadas áreas e ou disciplinas.

Libâneo (2011, p.132) ainda afirma que a instituição escolar não produz mercadorias, por isso não pode pautar pelo “zero defeito”, ou seja, pela perfeição. Ela lida com pessoas, valores, tradições, crenças e opções. Não se pode pensar em “falha zero”, objetivo de qualidade total das empresas. Escola não é fábrica; é formação humana. Não seria diferente, nesse caso, o olhar da inclusão, uma vez que todos os alunos têm suas limitações diante de entendimentos diferenciados.

As dificuldades de aprendizagem sempre serão o foco da educação e podem ser inúmeras. No que diz respeito às diferenças temporais entre décadas de estudos, as dificuldades permanecem similares ano após ano, ou seja, as possibilidades para uma melhor aprendizagem perpassam por anos pela forma, pela didática dos professores e pelas revoluções tecnológicas. Os professores e educadores de diversas redes de ensino, já por muitos anos, têm buscado uma melhor forma de ensino, adequando-se ao momento no intuito de buscar por resultados significativos e novas técnicas e aperfeiçoamento para melhor alcance desses resultados.

As dificuldades de aprendizagem ultrapassam diferentes situações e métodos. Cada escola e cada educador viabilizam um melhor projeto e políticas que possam dar amparo aos educandos para que esses tenham um melhor entendimento, rompendo as barreiras estereotipadas. As barreiras para a aprendizagem advêm de diversas razões. Entre esses obstáculos, citam-se as dificuldades cognitivas que podem ter relações patológicas e as dificuldades sociais desde o crescimento, incluindo a falta de alguns alimentos e nutrientes necessários para um bom desenvolvimento. Cita-se aqui também a falta de acompanhamento materno de um pré-natal adequado, que direciona para um déficit nas funções cognitivas pedagógicas, bem como as desigualdades sociais, que impulsionam o foco do educando para um contexto ainda maior envolvendo a influência do Estado.

Para Alves e Silva (2013), essa problemática ainda percorre as escolas estaduais, municipais e privadas. Independente de situação social, a aprendizagem em algumas escolas tem sido uma prioridade constante. A qualidade de ensino, no entanto, tem suas peculiaridades entre escolas públicas (estaduais e ou municipais) e privadas, uma vez que as intuições particulares diferem pelo alcance de acesso à informação e à preocupação, diferente do que acontece, muitas vezes, na rede pública.

Igualmente, parte-se do pressuposto de que, num país marcado historicamente pela desigualdade social, as análises dos dados de forma agregada em nível nacional, regional ou mesmo no âmbito das unidades federativas podem, muitas vezes, encobrir severas desigualdades em âmbito local. Este pressuposto decorre de evidências identificadas em grandes centros urbanos do país, como ilustra os dados apresentados adiante [...] onde coexistem realidades educacionais muito distintas. Como será visto, tal desagregação visa identificar e “dimensionar a distância” entre os contextos em melhores e piores situações nos aspectos analisados e fornecer bases para elucidar as disparidades e propor ações corretivas para mitigá-las. (ALVES; SILVA, 2013, p.853, grifo dos autores).

As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a eventos específicos cujos formatos poderão ser distintos: ordem cronológica, idade, preparação de professores, escolas, leis de amparo e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Social. Pessoas com necessidades especiais se diferenciam por apresentarem um laudo médico com CID⁷ que distingue suas limitações.

Para Stevanato (2003), o perfil geral das crianças com dificuldades de aprendizagem é que tendem a ver a si mesmas como diferentes, atormentadas, com demonstração de sentimentos de inferioridade, insatisfação e ansiedade, bem como dificuldades sociais e familiares. Esses alunos apresentam também autoestima baixa devido às desigualdades sociais. Os valores impostos pela escola, muitas vezes, diferem do meio social e cultural no qual a criança vive. Comparativamente a essas crianças, aquelas com bom desempenho parecem se sentirem mais felizes e satisfeitas, identificando-se com indicadores de sucesso acadêmico, social e familiar.

Já para Sordi (2009), “a autoestima dos alunos atinge diretamente o desenvolvimento cognitivo no âmbito de aprendizagem”. O autor ainda enfatiza que, para promover avanços no desenvolvimento dos estudantes e nos processos de qualificação da escola, é preciso iluminar os caminhos decisórios.

A autoestima educacional do educando é diretamente relacionada ao bom comportamento das famílias para com este aluno com seus cuidados individuais. A criança é altamente influenciada por adultos e ou por crianças maiores, servindo assim de espelho para que sejam feitas imitações através de exemplos. Esses exemplos podem vir de uma família bem estruturada independente de poder aquisitivo, como é na maioria mencionada. No entanto, ter bons exemplos e não ter uma autoestima equilibrada pode afetar diretamente a aprendizagem do educando. É fundamental que o estudante acredite no seu potencial para a aprendizagem, evitando fazer comparações com colegas. Carneiro (2003) afirma que crianças com autoestima elevada em comparação com crianças com autoestima rebaixada, geralmente, obtêm melhores desempenhos na escola. Isso porque eles se veem como responsáveis pelos próprios fracassos e sucessos, possuem mais amigos, percebem seu relacionamento com seus

⁷ A CID é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

pais de forma mais positiva, são mais competitivas e, quando atingem a adolescência, tendem a alcançar uma identidade realizada.

Já as crianças com baixa autoestima apresentam dificuldades de aprendizagem sólidas por áreas de afinidade e conhecimento. Geralmente, essas dificuldades são subdivididas nas áreas sociais, cognitivas e exatas, direcionando-se para o conteúdo, revelando que, de fato, o aluno tem limitações de conhecimento e desenvolvimento.

Outra situação bem comum de dificuldade de aprendizagem dá-se devido à maturidade do estudante, gerando conflito de memória em relação ao que foi aprendido. Isso acontece devido ao conhecimento intrínseco do educando e das transformações feitas pelo meio, pois as crianças aprendem ou desaprendem por meio de imitação ou de exemplos dos outros, levando para o nível de dificuldade de aprendizagem e alfabetização.

Para Souza (2001), a superação das contradições traz o equilíbrio necessário à resolução de situações ou problemas anteriormente difíceis de serem resolvidos. E quando superados, o organismo alcança um equilíbrio majorado em sua estrutura e, se o mesmo problema for proposto ao sujeito para ser resolvido em uma situação futura, não haverá mais contradição, ou não causará mais conflitos, como antes, para ser resolvido. Fazendo um paralelo, as crianças nas escolas têm enfrentado inúmeras dificuldades de aprendizagem, que as levam a contradições, nem sempre superadas para a aquisição de novas aprendizagens. Haveria, nesse caso, alguma relação entre a memória de reconstrução e a contradição com as dificuldades de aprendizagem.

De certa forma, as crianças têm uma imaginação bem atípica que acaba por surpreender. Moehlecke (2002) confirma a identificação individual de culpados e vítimas, relacionando-se, antes, à conformação de um problema social existente. Não se trata de assistir à interferência externa ou interna; trata-se de cultura e educação.

A sociedade confunde e direciona para o outro aquilo que deveria ser seus deveres e cobra providências de outrem que cabe à família. O Estado acaba por tomar conta de todos os empecilhos causados por essa sociedade.

A garantia de direitos, que cabe ao Estado, também pode ser vista por muitos como um descaso. No entanto, para Vieira (2001), os principais direitos do homem são as declarações e as garantias fundamentais que representam os instrumentos necessários à efetivação deles. A ordem constitucional do Brasil protege a vida, a liberdade, a segurança e a

propriedade de todos que estejam a ela subordinados. Portanto, nessa ordem constitucional, incluem-se os direitos educacionais, especialmente do aluno, do professor, da escola e da família.

Nesse argumento, percebe-se que não é uma obrigatoriedade apenas do Estado. É, na verdade, um conjunto de fatores que ajudarão a escola a alcançar uma aprendizagem significativa para todos os alunos, inclusive os inclusos. Cabe também ao professor uma parcela grande de responsabilidade nessa subordinação, porque a escola fornece amparo para uma qualificação adequada, oferecendo meios para alcançar os objetivos junto aos alunos. Um professor atualizado e motivado fará toda diferença para o sucesso acadêmico do educando. É um direito do aluno, do professor e da escola ter o melhor em suas bases educacionais.

Assim, as bases do Direito Educacional estão asseguradas na Constituição, segundo os princípios abrangentes em direitos, garantias e deveres. Nesse caso, é necessário considerar o artigo 3º da Constituição Federal de 1988: Artigo 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para Pereira (2016):

A Psicologia Social tem dado atenção especial a aspectos motivacionais como fatores explicativos das ações discriminatórias. Por exemplo, com base na teoria psicanalítica desenvolvida por Freud (1923/1974) sobre o papel dos conflitos motivacionais subjacentes aos sintomas psicológicos e aos comportamentos interpessoais, duas orientações teóricas procuram explicar a discriminação entre grupos: teorias fundamentalmente psicodinâmicas e teorias sobre a relação indivíduo-sociedade. (PEREIRA,2016, p.2).

A partir desse entendimento, a discriminação é uma problemática importante a ser analisada nesta literatura, a fim de erradicar algumas potencialidades por meio de direitos que a sociedade adquire para ter um futuro digno e capaz de participar de eventos que não excluam a sociedade de nenhuma forma. Com base na Constituição, todos os cidadãos têm

seus direitos preservados pelo Estado, no entanto, não depende do Estado impor mudanças. Essa mesma sociedade precisa ter o objetivo maior que é a vontade de mudar seu futuro, proporcionando, assim, dignidade e possibilidades para alcançar aquilo que lhes parecia distante.

A possibilidade do educador ver seus educandos, sejam eles pessoas com necessidades especiais ou educandos em formato tradicional, mudando seus percursos proporciona satisfação e um olhar ainda mais atento. Tudo isso auxilia o educando no processo de crescimento pessoal e profissional mesmo que vindo de uma realidade distinta.

A sociedade em si tem, com frequência, um olhar discriminatório, por não conhecer, muitas vezes, a realidade dos educandos. Todo o desconhecido causa certo preconceito, ou seja, existe uma rejeição pelo desconhecido, exigindo que a sociedade se permita aceitar as mudanças a partir da conscientização.

Para Moehlecke (2002), “ainda que dados sobre discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido sistematicamente divulgados nos últimos anos, nacional e internacionalmente, e a questão não é mais novidade”, a sociedade acaba por tornar esse ato discriminatório comum e aceitável. Contudo, no campo prático, [...] “são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas”. As crianças e adolescentes são um alvo e um monitor desses pontuais casos de discriminação.

De acordo com Veiga (2017), a discriminação, no entanto, é um ponto importante a ser abordado, pois a discriminação é um fator cultural. Assim, a sociedade ainda tem tais atos por não conhecer de fato determinadas situações de desigualdade.

Os preconceitos sociais que balizaram as políticas educacionais brasileiras tiveram ampla repercussão pública, como aqui demonstrado - altos índices de analfabetismo, crescente aumento de crianças sem assistência, e uso do trabalho infantil. Estes acontecimentos, problematizados de modo interligado, nos ajudam a avançar no debate sobre a desigualdade escolar no Brasil, de modo a problematizar a criação de instituições diferenciadas para pobres urbanos e rurais, tais como as escolas de aprendizes artífices, patronatos agrícolas, escolas para crianças nomeadas desvalidas e delinquentes, escolas singulares ou isoladas, etc. Acresce-se a isto a longa duração de altas taxas de evasão e repetência escolar, contribuindo ainda mais para aprofundar o fosso social. (VEIGA, 2017, p. 177).

Na sociedade que distorce os valores por décadas e os perpassa aos seus descendentes é comum culpar o governo e até mesmo a família. Portanto, há muitas formas de ver essa perspectiva. Para algumas famílias, os valores estão por vezes certos na medida em que desconhecem algo diferente. Como avaliar uma família que nunca conheceu afeto, carinho, atenção, educação entre tantos outros gestos? É muito difícil passar para seus herdeiros aquilo que a família desconhece. Com esse novo olhar então, a discriminação e preconceito passam a ser revistos, na medida em que não basta apenas cobrar certas atitudes e, sim, mostrar a possibilidade de ser diferente, reforçando que existe algo melhor para a potencialidade familiar.

Dessa forma, pensando no ato discriminatório, volta-se ao foco desta pesquisa. Ainda se tem um longo caminho a percorrer ao tratar de educação inclusiva de alunos com limitações cognitivas, físicas, mentais e ou sociais. Já há um grande avanço nessa área, mas, na prática, muitos empecilhos ainda são evidenciados. Assim, a ideia de pesquisar este assunto remete a uma busca infinita por igualdade de educação para todos, como prevê o desenvolvimento das políticas públicas. É fundamental (re)visitar a inclusão, de forma social, econômica, bem como a qualificação no atendimento especializado em formato geral e tradicional para, então, focar no atendimento educacional especializado para alunos com necessidades especiais educacionais.

Para o desenvolvimento da educação, é imprescindível fornecer subsídios para possibilitar o acesso dos alunos inclusivos ao mercado de trabalho. A partir da legislação, destacam-se os direitos reservados aos alunos especiais matriculados em rede regular de ensino, denominando assim esse feito como educação especial inclusiva, para que os estudantes concluam o ensino básico e possam ser inseridos na sociedade e no mercado de trabalho, proporcionando-lhes, dessa forma, uma vida social e financeira independente.

2.2 Desenvolvimento Regional: Políticas Públicas para a Educação Inclusiva

O desenvolvimento regional é dividido em demarcações geográficas que definem região, regionalidade e território, para determinar o que cabe as suas competências educacionais. Os órgãos educacionais serão organizados no intuito de compreender as políticas públicas, sendo que cada subdivisão será separada de acordo com a regionalidade e o espaço a ser definido após o conceito de marcações geográficas. Para Pozenato (2003, p.3), faz-se necessário “partir do pressuposto de que a região (econômica, histórica, cultural etc.) é uma *realidade*, ou um fenômeno, que tem existência autônoma e está aí para ser objeto de explicação” que determina o espaço a ser considerado. Em outras palavras, o “foco é centrado na descrição e análise de um objeto dado como sendo uma região e não numa outra perspectiva, na análise de um conjunto, ou rede, de relações que tenham o caráter de regionalidade”. E, para dividir as políticas educacionais, é preciso fazer essa demarcação geográfica e definir seus órgãos de competências.

“Para definição de região, centralizado das demarcações regionais de um determinado local, Boisier (1996, p. 117) refere que o território pode ser adjetivado como natural equipado e organizado”. Assim serão subdivididas as competências educacionais. Ainda Boisier diz que “primeiro se descreve um território sem intervenção humana; o segundo refere-se exatamente ao equipamento físico derivado da ação do homem; o terceiro nomeia um território em que vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais”. (BOISIER, 1996, p.117).

As delimitações territoriais em um plano geográfico e também as formas de competências educacionais e suas leis, abrangendo o contexto escolar, as fronteiras e delimitações territoriais vão além dos mapas geográficos. Parte-se da hierarquia mencionada à territorialidade individual tanto para as definições geográficas quanto para delimitações de legislação escolares e competências individuais. É preciso conhecer, do ponto de vista geográfico, a definição de território e territorialidade, abrangência definida por espaços, região e território, para entrar no contexto de cada delimitação geográfica, social, cultural, econômica, políticas públicas e políticas educacionais.

Território é uma delimitação geográfica que compõe um espaço. Para Espindola (2017), ao “território corresponde uma territorialidade, que lhe é própria, nos termos definidos, capacidade de afetar, influenciar ou controlar pessoas, coisas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica, que

assim se converte em território”._Além da demarcação geográfica no mapa, o território apresenta forte impacto na forma de determinar seus limites.

Teisserenc (2014, p. 98) avalia que “a referência do território informando ações públicas [...] levam à produção de novos territórios; de territórios que se definem em função de sua capacidade de responder aos efeitos da globalização”. Dessa forma, o uso de poderes públicos delimitam as fronteiras territoriais, no seu desenvolvimento regional. No entanto, um conceito de desenvolvimento regional acontece quando os efeitos de sua produção influenciam o setor econômico do território, modificando, de alguma forma, sua territorialidade.

O teórico ainda avalia (2014, p. 99, grifo do autor) “dinâmicas locais de desenvolvimento – o ‘desenvolvimento local’ – assentadas em espaços de interdependência de atores heterogêneos preocupados em obter autonomia suficiente para engajamentos coletivos em ações que possam atingir a todos os aspectos da vida local”. Já Ramalho *et al.* (2013, p. 190) entende que as “condições específicas sob as quais tais estratégias não econômicas [...] são configuradas depende da integração das dimensões econômica, política e social e das escalas de ação global, nacional e local”.

O contexto social e educacional e a potencialidade de um mesmo território estão divididos em leis e direitos que amparam os educandos. Esses direitos estão destacados a partir do território como um todo. Nesse caso, compete ao território nacional o Brasil como nação, sendo as leis escolares nacionais garantidas pelas Leis e Diretrizes Brasileiras (LDB 9394/96) e pela Constituição Federal de 1988 (CF).

Para a geografia, território significa um espaço geográfico que pode ser delimitado por suas fronteiras no contexto de mapas e por sua territorialidade que divide as regiões formadas por países, estados e municípios, contextualizando cada região de acordo com sua demarcação geográfica. Território também pode ser dividido por suas culturas, destacando o social, econômico e os poderes políticos, delimitando as competências para cada região ou espaço demográfico.

Cultura também abordará um contexto no espaço econômico. Ela operacionaliza e justifica a retração e reconfiguração do papel dos Estados no fomento econômico (GRUN, 2004), para melhor adequar as regiões em busca de mercado de trabalho. Uma cultura pode ter muitos aspectos simbólicos que denominam o território. Acerca disso, Geertz (1989)

comenta que a cultura é vista como um mecanismo de controle social, também podendo definir a característica da região, como o jeitinho brasileiro que pode ser encarado como controle social pela competição econômica e o sucesso, em que a região define cultura social e econômica.

Também compete à geografia a política no âmbito de desenvolvimento. Para Castillo e Frederico (2010), a política de Estados e empresas aumenta os fluxos materiais e informacionais, tornando mais complexa a distribuição espacial das atividades econômicas da produção em diferentes lugares. Para isso, os indivíduos deslocam-se para determinadas regiões que poderão oferecer auxílio financeiro, no intuito de mudanças em sua sociedade.

Nesse caso, a região poderá sofrer alterações conforme o fluxo de cidadãos recolocados em busca de mercado de trabalho, concentrando o lugar mão de obra barata, devido à falta de qualificação profissional. Consequentemente, o custo dessa economia também acaba por ficar mais acessível. Ainda para Castillo e Frederico (2010), a partir desse contexto, a geografia tem um viés mais abrangente, no que diz respeito aos poderes sociais, políticos, culturais e econômicos que definem a região. Essa mesma região, juntamente com os resultados econômicos previamente pesquisados, denominam a região urbana ou rural, que delimitará a competência social dessa região e seu consumo.

Para Cataia (2011), a região mais afastada das grandes metrópoles denominada e conhecida como zona rural é voltada a pequenos produtores, movimentando poucos valores econômicos para o local. Já na região urbana, concentrada nas grandes metrópoles, estão as grandes empresas e, ao seu redor, concentram-se empresas menores que absorvem o consumo econômico, pois a sociedade busca moradia centralizada nessa região em busca de emprego e, por conseguinte, qualidade de vida.

Conforme Pereira (2009), o desenvolvimento acumulado das condições materiais confere nova natureza, possibilitando indivíduos contemporâneos de significativas mudanças dos modos de uso do território. Uma sociedade poderá mudar e se deslocar de acordo com o processo econômico ali constituído.

Desse ponto de vista geográfico, Cataia (2011), na perspectiva de delimitações, afirma que alguns territórios são fragmentados e outros são unificados. Dessa forma, novas hegemonias são construídas, e antigas alianças são esfaceladas; algumas redesenhadas, e

outras desaparecem, enquanto a regra geral é serem atravessadas por fluxos de mercadorias (legais e ilegais) e informações sem precedentes.

O envolvimento da geografia tem um poder maior que somente espaço demográfico, uma vez que implica também nas ações do desenvolvimento social de uma região quanto a aspectos dos poderes políticos. Para o desenvolvimento econômico de uma determinada região, é necessário olhar de um contexto geral, porque o desenvolvimento social depende da influência política.

Para Santos (1994, p. 11), está claro que uma reciprocidade entre a sociedade e o Estado se faz necessária já que o Estado depende dessa sociedade tanto quanto a sociedade precisa do Estado. O autor refere que da vida econômica e social com a emergência de uma mais-valia na escala global a geografia é desafiada a repensar o território, sobretudo, quando é gestado um novo mapa do mundo. Novas fronteiras são criadas. É preciso do trabalho e da mão de obra da sociedade, sendo que o Estado também precisa desse agrupamento social.

Pereira (2009) avalia que as cidades assumiram diversos papéis na sociedade. Elas passaram de locus de segurança, para locus político e, por fim, locus econômico. Isso não significa que uma designação exclua a outra, uma vez que o próprio processo histórico e espacial acrescentou papéis a elas.

Para esta pesquisa de âmbito territorial, uma percepção de influência geográfica se expande nas delimitações geográficas e suas linhas delimitam as fronteiras, abrangendo, em um contexto geral, os conceitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Todas determinam um grande poder em suas especialidades, influenciando as ações humanas. Nessas ações estão o conhecimento no que diz respeito às competências legislativas que encaminharão esta pesquisa então para a segunda fase, que compete ao conhecimento social em geral.

A segunda fase deste estudo será dividida na hierarquia de poderes nacionais, sendo que aos territórios educacionais compete a educação pública estadual, municipal e regional. Estudar o conceito educacional e suas competências é também uma forma de conhecer as delimitações e as especificações individuais, para ter conhecimento das competências e suas demarcações quanto hierarquia política, social e cultural, bem como para uma contextualização de competências e suas definições territoriais, compreensão da importância do estudo da Legislação e do reconhecimento da educação como uma política pública e social.

Para compreender sua dinâmica e acompanhar as decisões no âmbito educacional, a intenção é conhecer a estrutura da organização com seus objetivos na legislação da educação nacional, como a Constituição Federal de 1988, a Carta Magna da educação e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB — Lei n. 9.394/1996). Esses documentos são indispensáveis no viés do entendimento e da análise do sistema educacional brasileiro, pois são desses documentos que advêm os princípios e as diretrizes do sistema educacional.

A importância dessa legislação para o sistema educacional brasileiro diante da CF e da LDB é indispensável, pois atende diretamente a educação, favorecendo a compreensão do Brasil educação. A partir do conceito de Estado, tem-se em vista os modelos de gestão decorrentes do cenário político vigente, bem como a análise das políticas para a educação na perspectiva de como está organizado o Sistema Educacional Brasileiro na Legislação.

Para definir o que é o Sistema Educacional do Estado, parte-se do princípio de que a educação é um conjunto de ações. Visa-se, como isso, formar um homem integral, a partir do desenvolvimento da personalidade nos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, a fim de prover nos indivíduos as qualidades e capacidades humanas necessárias para a vida em sociedade. A educação é um processo que ocorre de forma gradativa e distinta, levando-se em consideração o contexto (região) em que a sociedade está inserida. Ela depende também de outras áreas e fatores, como os econômicos, sociais, políticos e culturais.

O poder maior no contexto de território brasileiro como União é o Federal. Assim, compete ao MEC⁸ estabelecer os critérios educacionais para todo o território nacional. Estão sob a responsabilidade do MEC as normas e as leis que regem toda a nacionalidade, subdivididas em regiões geográficas, bem como à CF de 1988.

Para constituir regras, deveres e direitos, a educação obedece aos órgãos e as suas competências. Para esse contexto, deverá respeitar as hierarquias organizacionais. Na Constituição Federal de 1988, Carta Magna, no artigo 9º, a União incumbir-se-á de: II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios. Para essas leis nacionais, são respeitadas as Leis e Diretrizes Brasileiras que se referem a todo âmbito educacional. Dessa forma, para os cidadãos terem os direitos e a apropriação de seus deveres devem respeitar a LDB⁹.

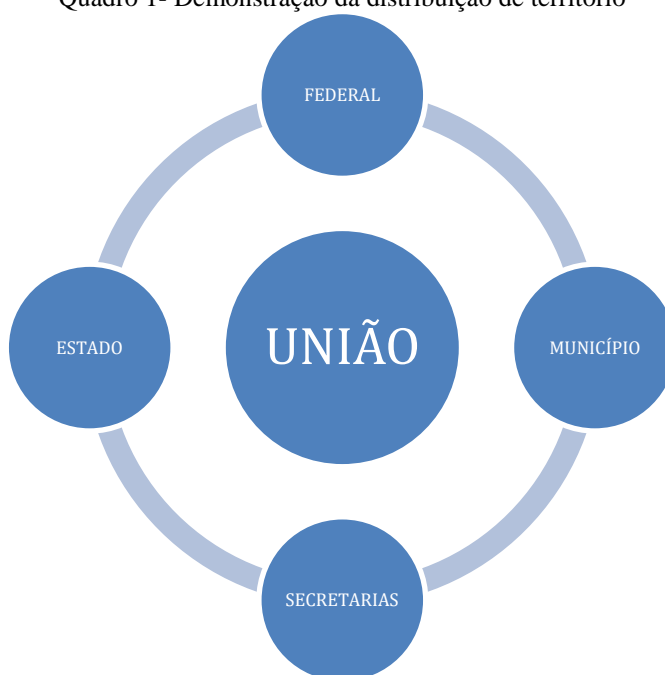
⁸ Ministério da Educação e Cultura.

⁹ Leis e Diretrizes Brasileiras.

Cabe à União, em todo o território brasileiro educacional, definir os demais órgãos competentes para a execução de suas leis. Para os estados, cabe a responsabilidade do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, sendo que para os municípios compete a Educação Infantil e também o Ensino Fundamental, demonstrando, então, a divisão de territorialidade e suas competências.

No quadro demonstrativo a seguir, destaca-se a divisão de competências por território, até chegar aos municípios, subdivididas para escolas das redes. As competências e a legislação vigente devem ser respeitadas de acordo com a distribuição legal.

Quadro 1- Demonstração da distribuição de território



Quadro elaborado pela autora 2018.

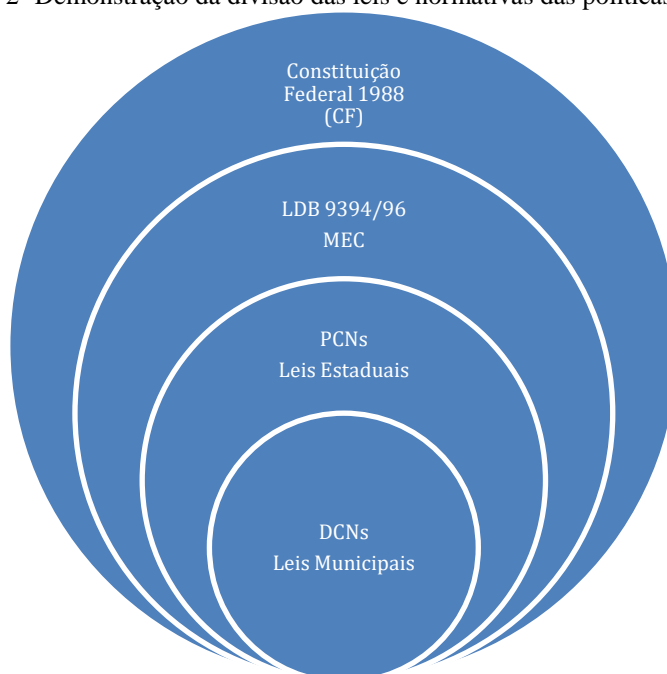
O território nacional está separado por estados. O Artigo 87, § 3º tem como objetivo: IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar. Esse contexto é voltado para escolas públicas e privadas respeitando a CF que caberá a cada nível econômico de escolas, formando, assim, uma nova região econômica. Ainda será dividido em espaços geográficos que serão organizados diante de suas demarcações e fronteiras, formando os estados e os municípios.

Aos estados e regiões de maiores divisões geográficas cabem as competências vindas do MEC de acordo com a LDB para demarcar o que segue nas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) que abrangem as leis que definem os Artigos e Incisos no que diz respeito à educação nacional. No Artigo 36-A estabelecem-se: I - os objetivos e definições contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em uma totalidade nacional. Na sequência, serão definidos e registrados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que trabalham a realidade regional, social e política de cada território para então chegar aos PNEs (Planos Nacionais de Educação).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Ainda os PCNs foram formulados a partir da análise da experiência educacional acumulada em todo o território nacional. (Brasil, 2001).

O quadro que segue ilustra a divisão de competências territoriais das políticas públicas educacionais, distribuídas por suas atribuições para efetivar a legislação a partir da CF 1988, que demanda ao MEC, diante à LDB 9394/96, disponibilizar os Parâmetros Curriculares Nacionais até chegar às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Quadro 2- Demonstração da divisão das leis e normativas das políticas públicas



Quadro elaborado pela autora 2018.

Diante dessa realidade, concretizam-se os direitos e os deveres dos cidadãos no território estadual, obedecendo aos Planos Estaduais de Educação (PEE). leis estaduais, a qualidade de ensino após os regimentos advindo do MEC, comportando as regiões em âmbito municipal, bem como os PMEs (Planos Municipais de Educação). As mudanças acontecem a cada 10 anos nos municípios, a fim de redefinir as necessidades das escolas. As alterações são revistas juntamente com o corpo docente e a equipe pedagógica de cada município. No Artigo 18, os sistemas municipais de ensino compreendem: I - as instituições do ensino fundamental,

médio e de educação infantil mantida pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; III – os órgãos municipais de educação. (MEC, 2001).

Ainda de acordo com o MEC (2001), parágrafo único, os Municípios poderão optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (PCNs). Também poderão pautar-se na análise das tendências mais atuais de investigação científica, a fim de poder expressar um avanço na discussão em torno da busca de qualidade de ensino e aprendizagem.

A partir desse contexto, divide-se a educação no direito de educação inclusiva que, no Artigo 4º da Constituição Federal, se trata de uma lei maior que abrange todo território nacional. Assim, é dever do Estado também a educação de inclusão escolar pública que será efetivada mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2001).

É a partir das modificações dos PCNs que os currículos tanto para a educação inclusiva quanto para a regular serão ajustados conforme a demanda de alunos matriculados. Outra situação importante de ressaltar é as reformulações nas escolas do campo e fora da rede urbana, que atenderão os alunos de acordo com o calendário rural, ou necessidade econômica social.

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado. (PCN,1997, p.28).

O território geográfico também está dividido em regiões urbanas e rurais. Assim, todo aluno, de acordo com o Artigo 28, tem direito à educação. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua

adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 2001). Também é um recurso de todos os alunos de escolas públicas e privadas o uso de transporte gratuito, no intuito de erradicar a evasão escolar e o analfabetismo em qualquer esfera, principalmente aos moradores de zonas rurais. O transporte gratuito é um dos direitos dos alunos e dever do Estado, como prevê a CF de 1988.

É nítido que diante das leis de amparo aos alunos inclusos de todas as formas, social, cultural, econômica ou com necessidades especiais, há uma forma que melhor se adeque para sua permanência na escola, diminuindo a evasão. Essa realidade de permanência é possível através dos dados do censo retirados do IBGE. Para as escolas, o Educacenso permite a distribuição de materiais adequados de acordo com a realidade de cada escola, bem como a realidade social do local onde a instituição estiver inserida (região). O Educacenso permite o envio de materiais didáticos adequados para os alunos matriculados, sendo, por isso, importante que a família atualize os dados e informe os laudos médicos para o envio de materiais adaptados.

2.3 Os dados censitários da pesquisa sobre educação

O intuito de analisar a importância dos dados censitários e a origem do censo escolar a partir do referencial teórico pesquisado, bem como o conhecimento a partir de autores mencionados apontam particularidades acerca do censo demográfico. Serão apresentadas a trajetória histórica do censo até a atualidade, as competências e as finalidades de senso comum de uma sociedade. Também será feito um resumo cultural, quando serão abordadas, diante das matrículas, as singularidades étnicas de alunos matriculados que recebem seus estudos fora da escola.

Através da histórica trajetória do censo, busca-se analisar a educação inclusiva com base nas questões culturais e socioeconômicas de alunos com necessidades especiais a partir de alguns autores, que serão levantados nesta pesquisa. Além disso, será abordada a história do censo e o crescimento no número de matrículas de alunos com necessidades especiais,

matriculados em escolas públicas, através do censo realizado pelo IBGE, bem como o significado e a origem do censo até chegar ao censo escolar.

Os autores selecionados para esta pesquisa observarão o censo demográfico em diferentes formas com a finalidade de melhor atender a sociedade. O conhecimento acerca das peculiaridades de responsabilidade censitária levará ao viés de dados precisos e eficazes para compreender os fatores que indicam a singularidade censitária.

No Brasil, o censo é feito pelo IBGE e realizado a cada 10 anos, sendo o primeiro efetuado em 1872. Em 2010, houve o 12º Censo, para verificar e controlar a população e suas mudanças ao longo desse tempo. Botelho (2006, p. 321) assim refere: “Recenseamento Geral do Império de 1872 forneceu pela primeira vez um retrato da nação no que diz respeito ao povo que a constituía, realizando uma significativa representação da nação”. A partir do censo, é possível destacar e conhecer a realidade populacional de um país, como território geográfico e espaço.

2.4 Ordens cronológicas: contribuição dos dados censitários para a educação

Na história dos censos dispostos pelo IBGE, há referências de que na “Antiga Roma, o censo era realizado para identificar os proprietários de terras e determinar o pagamento de impostos”. Era um meio de ter o controle sobre a população e as delimitações das regiões.

Escher (2006, p. 644), por sua vez, diz que, no Brasil, “desde os anos 1990 foram desenvolvidas várias pesquisas utilizando dados secundários e primários, as quais permitiram dimensionar e caracterizar a presença e a importância econômica das atividades e rendas”. Esse controle permite que o censo redimensione as regiões territoriais a partir de sua economia.

Ainda na história, mais especificamente na Idade Média, de acordo com o IBGE (2010), o censo era também um tipo de pensão anual que os servos pagavam ao senhor pela posse de uma terra ou por um contrato. Também era uma maneira de ter controle sobre as delimitações geográficas, para que os servos não perdessem ou se apossassem de terras que

não lhes pertenciam. Desde então, o censo serve de análise mais precisa para delimitar regiões, territórios e regionalidade.

O censo ou o recenseamento demográfico é um meio de acompanhar determinadas regiões ou territórios fornecendo, assim, dados para delimitar determinados espaços. Cunha (2005, p. 4) diz que “da mesma forma, há clara opção de privilegiar os dados censitários, por considerar que estes são os dados mais completos e representativos, em termos espaciais, de ambos os fenômenos”. As informações apresentadas poderão auxiliar até mesmo na economia de cada região, através de uma pesquisa prévia para a construção de empresas ou moradias.

Após os conhecimentos censitários, é abordada a possibilidade da região em formato econômico industrial, empresarial e ou residencial. Nesse sentido, Cunha (2005, p. 8) comenta que “os censos podem ser pensados como elementos articulados a ele”. É como um “retrato” da população que mostra quem é, onde estão e como vivem os habitantes de determinada nação. Através do censo, é possível acompanhar a evolução de uma população ao longo do tempo.

A partir desses censos, então, é possível delimitar as regiões e espaços e seu desenvolvimento, bem como sua adequação como já referido, para a implantação de grandes empresas que, juntamente com os aglomerados, farão alterações econômicas na região ou nos espaços residenciais. Assim, é possível delimitar se a região é uma metrópole de zoneamento urbano ou rural, definindo a economia local.

Para Marques e Requena (2013, p. 18), as grandes cidades têm um olhar especial referindo que “merece destaque aqui a trajetória brasileira de metrópoles com tecidos urbanos cada vez mais estendidos, com graves consequências em termos de acesso a serviços, mobilidade urbana e sociabilidade cotidiana, sobretudo para os mais pobres”. As grandes cidades atraem a população mais pobre que busca moradia próxima aos grandes centros em busca de oportunidades de emprego e qualidade de vida.

O assunto é de grande interesse acadêmico, uma vez que a população busca por oportunidade de emprego, sendo pouca a busca por qualificação. Uma parte significativa das mazelas urbanas, características das grandes cidades, experimentadas principalmente pela população de mais baixa renda, foi creditada a um padrão de urbanização por expansão de periferias e favelas que tinham (e ainda têm), no elevado crescimento demográfico, uma das suas principais características.

O censo demográfico é a principal fonte de dados de uma população. Evidentemente, também é passível de erros devido às informações prestadas pelos cidadãos. A população nem sempre presta as informações corretas aos pesquisadores até mesmo por não conhecer de fato do que se trata uma pesquisa censo.

2.5 Censo Demográfico: Cultural; Social; Regional

Na busca por essas oportunidades de emprego nas grandes metrópoles, a população de baixa renda acaba por fixar moradia em locais proibidos e irregulares ou, então, em regiões em que não há a autorização para construções residenciais no intuito de ficar próximo das grandes empresas. Pasternak (2016, p. 77, grifos do autor) afirma que, a partir do Censo de 1991, o IBGE passou “a adotar o conceito de *aglomerado subnormal onde as pessoas construam moradias em lugares irregulares sem organização prévia e regularização dos espaços, no Brasil é mais conhecido como ocupações ou invasões*”. O autor diz também que “é um conceito, bastante genérico, buscava abarcar a diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país”.

O Estado, nesse caso, faz a intervenção das moradias deslocando então essa população para um local apropriado, a partir das informações censitárias. Essas pesquisas têm a capacidade de colher dados sobre a população que habita cada localidade, bem como sobre determinadas regiões e territórios.

Conforme Duarte, Brito e Silva (2016, p. 680), “a eficácia dos resultados censitários brasileiros podem definir e redimensionar as prioridades de competência do Estado para um desenvolvimento significativo”. Defendem-se, por isso, os resultados do censo. Os teóricos afirmam ainda em suas pesquisas que: “Censo no Brasil é como uma das mais importantes fontes de informação sociodemográfica do rol das estatísticas públicas produzidas, tanto por sua abrangência temática, quanto por sua cobertura em âmbito nacional”.

2.6 Censo Demográfico: Cultura; Educação; Escola

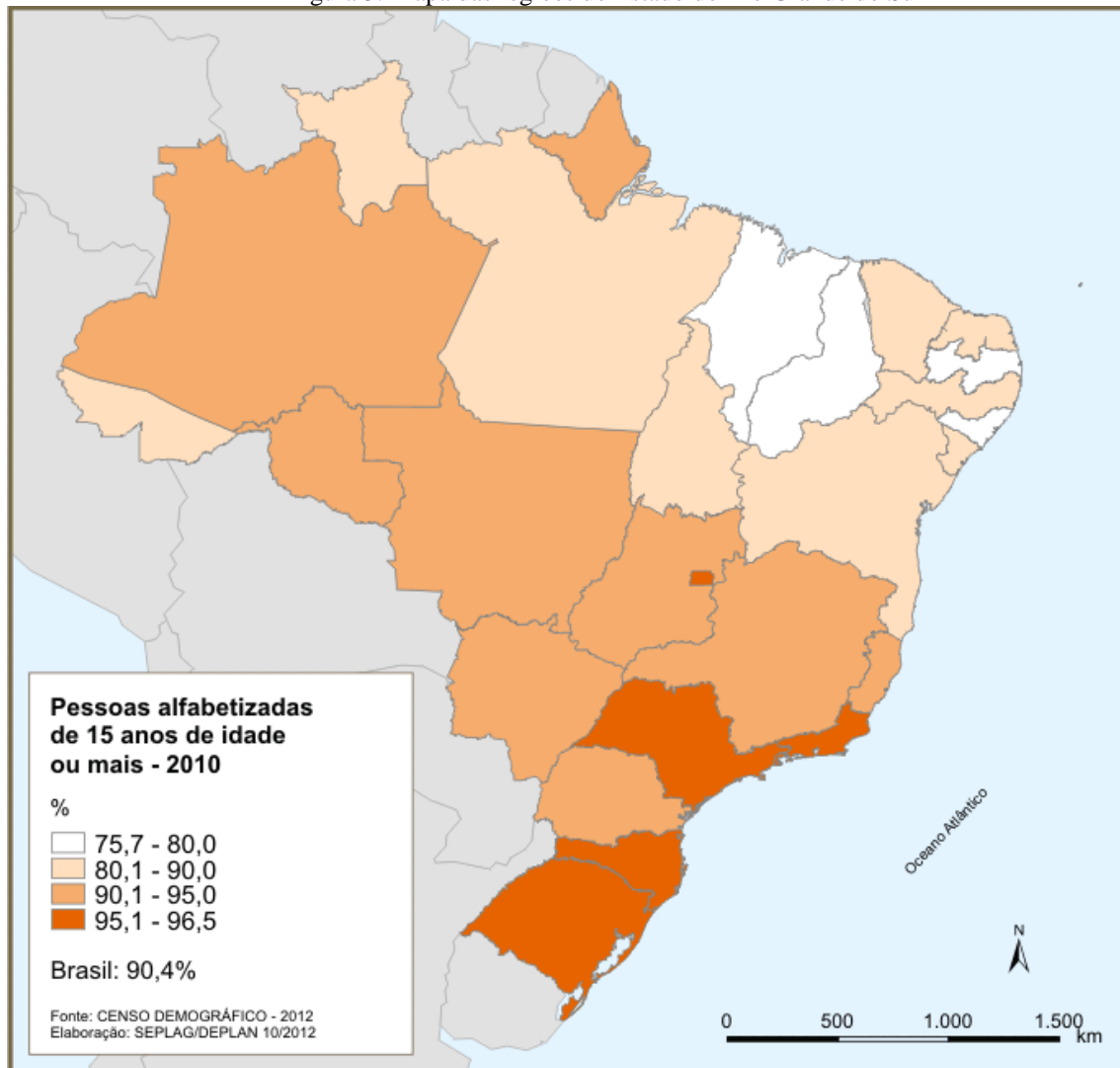
Sabe-se do poder de informação e precisão dos dados censitários. O tempo de 10 anos entre um censo e outro é um tempo necessário para definir o avanço e ou o desenvolvimento de uma determinada região. É um importante medidor de consulta que auxilia o Estado para um controle e antecipação de possíveis recursos para a população, no que tange à educação, à saúde, à cultura e à infraestrutura que auxiliam o Estado para uma atitude prévia.

Partindo desse pressuposto de que o censo tem uma análise precisa e adequada - Censo Demográfico do IBGE -, será possível a análise e a discussão sobre os dados do Censo Escolar. Como efeito na educação, o Censo Escolar recolhe os dados estatísticos da população que se desloca com facilidade. Dados específicos das escolas públicas da rede municipal e estadual e também das redes privadas de educação básica em todo o país possibilitam então a disposição de vagas e materiais didáticos e também de profissionais capacitados para melhor atender os alunos, bem como auxiliar na inclusão social, cultural e econômica.

As informações que devem ser fornecidas no momento das matrículas individuais são possíveis de se receber do Estado, além de materiais adaptados, um apoio pedagógico e profissional com fonoaudiólogos para dificuldades da fala, psicólogos para dificuldades cognitivas e fisioterapeutas para alunos com necessidades físicas, entre outros. Também são fornecidos transporte e espaços escolares adequados com a demanda a partir dos dados censitários, sendo a ajuda mais direcionada para atender os alunos inclusos.

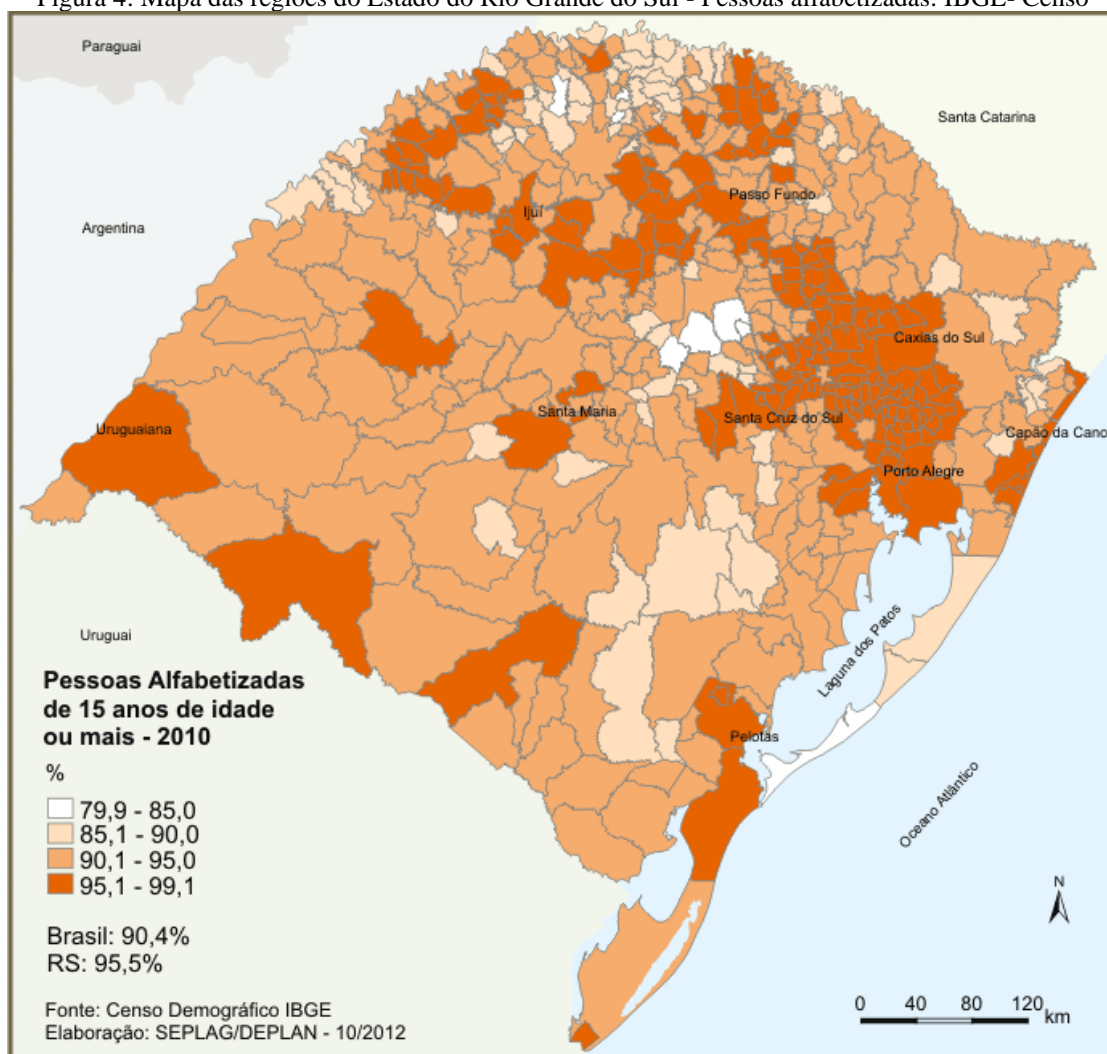
Na figura que segue, mostram-se, através do IBGE, as matrículas dos alunos em escolas da rede pública a partir dos dados do censo, bem como a análise de alfabetização, dada a visão da importância dos dados corretos. A base analisada a partir da figura foi o analfabetismo. Percebe-se, na rede pública, até a idade de 15 anos, um maior número de alunos desistentes que se inserem no mercado de trabalho a fim de auxiliar suas famílias financeiramente. Esse fato é uma realidade geral do Brasil. Até os 15 anos de idade, os alunos tendem a frequentar a escola normalmente.

Figura 3: Mapa das regiões do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Modificado pela autora através do Atlas Socioeconômico, 2018.

Figura 4: Mapa das regiões do Estado do Rio Grande do Sul - Pessoas alfabetizadas: IBGE- Censo



Fonte: Modificado pela autora através do Atlas Socioeconômico, 2018.

A partir dos dados retirados do censo demográfico, o gráfico que segue se refere ao aumento do número de matrículas e de alunos alfabetizados até 2010. Há uma crescente da educação da rede regular de ensino no Brasil, devido às matrículas efetivadas até a atualização de dados quantitativos.

Gráfico 1:

Pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas e não alfabetizadas no Brasil e RS - 1991, 2000 e 2010

	Pessoas de 15 anos ou mais de idade								
	1991			2000			2010		
	Total	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas	Total	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas
BR	95.837.043	76.603.804	19.233.239	119.533.048	103.238.159	16.294.889	144.823.505	130.889.922	13.933.173
% BR	100,00	79,93	20,07	100,00	86,37	13,63	100,00	90,38	9,62
RS	6.391.521	5.744.935	646.586	7.533.071	7.031.810	501.261	8.464.425	8.081.132	383.277
% RS	100,00	89,88	10,12	100,00	93,35	6,65	100,00	95,47	4,53

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Atlas.

Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/alfabetizacao>>.

Esses dados servem de base para observar que a legislação atual modificou o contexto de educação e o número de alunos alfabetizados aumentou significativamente. Essa legislação será destacada no decorrer desta literatura. A legislação atual reduz o número de evasão, levando a uma sociedade alfabetizada, sem mais o número de analfabetos como mostra o gráfico anterior desde 1991. Para tanto, aumenta-se também o número de alunos inclusos nas escolas da rede regular de ensino.

Tratando-se de inclusão, o olhar deve ser mais abrangente, não somente para os alunos com necessidades especiais, como também para os problemas sociais e culturais. É necessário abranger a inclusão em todas as formas de educação: não só os alunos com necessidades especiais, mas também de inclusão étnica. O foco volta-se também para a educação fora dos muros escolares, em que o profissional se desloca para levar educação e inclusão a todas as culturas.

Nesse passo, tanto para o MEC quanto para a CF, a “educação prevê também a educação indígena levando para as tribos o conhecimento e alfabetização”, como consta na CF de 1988 no Artigo 26-A .§ 3º e Artigo 78. § 1º. Essas são as normas que dispõem sobre a inclusão igualmente para todos sem exclusão étnica. Segundo Longo, Ferreira e Azevedo (2016, p. 376, grifo dos autores), “à categoria ‘indígena’ são limitadas e carregam um viés etnocêntrico demográfico considerável”.

Queiroz e Sawyer (2012, p. 226), em seus estudos, explicam as estatísticas quanto aos índices de mortalidade. Dizem eles que existem no “Brasil duas fontes de dados sobre mortalidade: o SIM-Datasus¹⁰, organizado pelo Ministério da Saúde com base nas informações de declaração de óbito; e o Registro Civil de responsabilidade do (IBGE)”. Já para Marinho, Caldas e Santos (2017, p. 82), “as análises são pautadas por uma perspectiva crítica acerca do uso de categorias censitárias para um segmento da população socioculturalmente diferenciado”.

Os autores já trabalhados nesta pesquisa ajudam a verificar as possibilidades e as perspectivas de vários ângulos para um resultado mais adequado. O intuito é conhecer, através

¹⁰ **SIM-Sistema de Informações de Mortalidade.** O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi criado pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. A partir da criação do SIM, foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações, é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área.

de outro olhar, os métodos mais utilizados para uma análise de precisão para o resultado do censo.

2.7 Censo Demográfico: Instituição escolar; Leis; Competências; Inclusão

Com base nesse suporte teórico e voltando-se, então, para os dados censitários de educação inclusiva, buscando os resultados a partir do Censo Escolar, visa-se demonstrar o crescimento de atendimentos direcionados a alunos com necessidades especiais no ensino regular. Para isso, o Ministério da Educação (MEC) tem divulgado, desde a década de 1990, através do INEP¹¹, os dados do Censo Escolar.

O Censo Escolar é um levantamento anual de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, coordenado pelo INEP. As informações advêm de todas as escolas, sendo elas públicas e ou privadas do país, responsáveis pelo preenchimento de um formulário disponível no sistema *on-line* Educacenso feito por funcionário da secretaria das escolas de acordo com as matrículas individuais dos alunos. Serão considerados alunos inclusos com necessidades especiais todas as crianças (alunos) que são matriculadas e apresentam laudos¹² conforme o CID¹³.

Esse censo trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades, a partir da coleta de dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. A partir dessas informações, viabiliza-se o melhor atendimento ao aluno incluso e aos profissionais que trabalharão a partir dessas matrículas.

Resende e Lacerda (2013, p. 413) aduzem que “essa iniciativa indica a preocupação desse órgão governamental em socializar as ações inclusivas que estão sendo realizadas no

¹¹ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira.

¹² É um relatório emitido por um médico acerca do paciente, ou seja, através de um laudo sobre a sua saúde.

¹³ A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde.

país”. Mesmo que amparados legalmente pela CF e LDB¹⁴, há uma busca constante por direitos iguais nas escolas que recebem os alunos inclusos. Os autores ainda fortalecem que “evidenciam a realidade educacional brasileira no que tange ao atendimento ou não dos preceitos legais direcionados aos alunos com deficiência”.

Essa inclusão de alunos com ou sem laudos para educação igual para todos indica que todos devem participar dos mesmos meios de avaliação, ou seja, deve ser reproduzida uma avaliação igual para todos. No caso desses alunos incluídos, após o Censo Escolar, os órgãos competentes disponibilizarão um profissional adequado para adaptar as aulas e também as avaliações para esses alunos de acordo com cada laudo.

Esses alunos que terão os profissionais adequados garantidos por leis a fim de viabilizar seu avanço escolar não terão o avanço (aprovação) automático. Eles poderão reprovar e ou refazer disciplinas assim como os demais alunos inseridos na rede regular.

2.8 Rendimentos; Financeiro; Escolar; Conhecimento

É importante salientar que o Brasil figurou entre os países com as maiores taxas de repetência entre os participantes do PISA¹⁵ de 2012. Bacchetto (2016, p. 425) em seus estudos destacou “esse dado mencionando o custo financeiro do uso desse mecanismo o impacto financeiro (FUNDEB¹⁶)”, com vistas a auxiliar na definição de uma metodologia de cálculo do custo e estimular a reflexão sobre o impacto mencionado.

Para o Estado manter alunos inclusos e todas as alternativas dispostas anteriormente, o custo é bem alto aos cofres públicos, impossibilitando a prática real dos direitos dos cidadãos após o Censo Escolar do FUNDEB. Bacchetto (2016, p. 425) afirma que o “relatório internacional do Pisa 2012 explora também o custo da repetência. O custo direto seria o correspondente ao financiamento de mais um ano de estudo, e o custo indireto seria decorrente do atraso do ingresso desses estudantes no mundo produtivo”.

¹⁴ Leis e Diretrizes Básicas.

¹⁵ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

¹⁶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

A instituição responsável pela execução do Pisa, a OCDE¹⁷, compara a distribuição dos estudantes nos diversos países participantes do Pisa 2012. Devido à repetência, alunos da mesma idade encontram-se em diferentes anos de estudos.

Para a OCDE (2017), a repetência escolar teria relação com o nível socioeconômico dos estudantes, e seu efeito na aprendizagem poderia variar conforme a série/ano em que ocorre a repetência. Ademais, são apontados outros estudos nos quais a repetência não beneficiaria a aprendizagem dos estudantes.

O Censo Escolar é um importante levantamento estatístico-educacional de âmbito nacional realizado, anualmente, pelo INEP. Os dados demonstram informações relevantes sobre os estabelecimentos escolares, as turmas e o rendimento escolar, informações sobre a movimentação escolar e o acesso ao transporte, por exemplo.

Kasper (2008, p. 232) diz que o papel do Censo Escolar é uma forma precisa de informações de dados censitários, pois sua função, juntamente com o INEP, é “fornecer informações importantes para a transferência de recursos aos estados e aos municípios, bem como para os programas do governo federal de apoio ao desenvolvimento da educação básica no Brasil.”. O autor lembra também da importância do FUNDEF¹⁸, do Livro Didático, da Biblioteca Escola e da Alimentação Escolar.

2.9 Censo: Distribuição de valores; Competências

Manter os dados do Censo Escolar atualizados anualmente proporciona, para a escola, o recebimento de auxílios advindos do governo para melhorias na educação, sendo em ensino regular ou inclusivo. É inclusivo para alunos com necessidades especiais, culturais e ou socioeconômicas. Para Carvalho, Cruz e Nobre (1997, p. 637), a posição “socioeconômica dos grupos populacionais, além de considerar todas as possíveis informações qualitativas, históricas, sociológicas, geopolíticas, pode ser abordada com base em informações amplamente acessíveis, como os indicadores do censo demográfico”. A análise das

¹⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

¹⁸ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

possibilidades para uma educação de qualidade propicia à população informação após o uso dos indicadores mencionados.

Os dados socioeconômicos levantados nas matrículas escolares do Educacenso possibilitam viabilizar as devidas ajudas governamentais para a população. Essa contribuição está disposta em bolsas de auxílio para os alunos, interligando a frequência mínima de 75% do aluno nas escolas públicas. Um desses auxílios bastante visualizado e conhecido é o auxílio BOLSA- FAMÍLIA¹⁹. Esses dados estão disponíveis pelo IBGE. Trata-se de um valor financeiro que o governo fornece às famílias de baixa renda, desde que o aluno mantenha a frequência mínima de 75% na escola em que está matriculado.

Batista (2013, p. 7) diz que é importante saber o “impacto do maior programa condicionado de transferência de renda focalizado do Brasil”. Os indicadores anteriormente mencionados neste estudo mostram as formas de visualizar essas informações no Brasil.

Contudo, ainda não há uma maneira de barrar ou de bloquear o Programa Bolsa Família, pois o aluno obtém algum rendimento escolar. Até o momento da realização desta pesquisa, o critério de permanência do benefício estava vinculado apenas à frequência, independente do índice de reprovação individual. Batista (2013, p. 8) também ressalta que “o PBF foi primeiro feito e depois pensou-se em como avaliá-lo, sequer uma única fonte de dados que seguisse as crianças de um ano para o próximo, permitindo o cálculo do fluxo escolar”.

Esse programa tem o intuito de auxiliar no desenvolvimento financeiro da população, de acordo com os dados extraídos do IBGE que “divulgou uma tabela com os valores dos rendimentos domiciliares *per capita* 2015 para o Brasil e as Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal), investigados pela PNAD²⁰ Contínua”. Além disso, tem a intenção de melhorar a qualidade de vida da população viabilizando um desenvolvimento cultural, educacional e econômico. Também faz com que os alunos sejam frequentes (obrigatoriamente) nas escolas a partir de dados do Censo Escolar, dificultando a evasão e visando a melhorias futuras, também para o envio de materiais adaptados.

¹⁹ Programa Bolsa Família (PBF), sobre o fluxo escolar de seus beneficiários.

²⁰ Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua.

3 O CENÁRIO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa,RS (PMCC), a cidade está hoje localizada no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, de forma urbanizada. De acordo com Borges (2015, p.57, grifo do autor), “como aspecto de pesquisa o município de Capão da Canoa teve seu surgimento a partir de 1933 como 6º Distrito de Osório, denominado como ‘Vila de Capão da Canoa’”. A emancipação do município se deu após 32 anos, de acordo com a Lei 7.638, de 12 de abril de 1982.

A rede municipal de ensino do município de Capão da Canoa, RS, tem como sua mantenedora a Prefeitura Municipal. Seu órgão gestor é a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), atuando na educação básica nos níveis Ensino Infantil e Ensino Fundamental. Já o Ensino Médio é de competência da rede estadual de ensino.

No momento da pesquisa e da coleta de dados quantitativos e qualitativos, a cidade estava com seu funcionamento individualizado, não dependendo do turismo que cresce a todo ano, aumentando, significativamente, sua população e seu desenvolvimento econômico. Um representante afirma que, com as arrecadações anuais, o município não corre riscos econômicos em geral, pois todos seus recursos financeiros viabilizam a estabilidade financeira do município.

Ainda, segundo Borges (2015,p.57), o município contava, inicialmente, com 23 balneários, possuindo um raio de 30 quilômetros de praia. Atualmente, encontra-se no município uma estrutura totalmente diferente da que se observava em seu marco inicial. Hoje, a cidade conta com 11 balneários, com uma extensão de 19,1 quilômetros para norte e sul, divididos em quatro distritos: *Capão da Canoa* – sede, *Capão Novo*, *Arroio Teixeira* e *Curumim*. É formada por solo bastante arenoso, podendo ser observada a presença de algumas dunas naturais nos balneários de Praia do Barco, Capão Novo e Arroio Teixeira.

Quanto aos aspectos demográficos, cabe destacar que o município de Capão da Canoa é constituído de um patrimônio natural muito agradável, principalmente no verão, pois é nesta estação que o município recebe muitos visitantes. Constitui-se de uma planície costeira no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, a população de Capão da Canoa, nos últimos trinta anos, apresentou um crescimento, registrando, em 1991,

uma população de 25.000 habitantes, seguindo de 32.000 no ano de 2000 e, atualmente, compõe-se de 42.040 habitantes, conforme pesquisa realizada em 2010 pelo IBGE.

3.1 Litoral Norte - Políticas Públicas nas Escolas - Professores

A cidade de Capão da Canoa, RS, dispõe de 22 escolas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil competentes ao município. Uma dessas instituições atende, especificamente, alunos especiais. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial Ana Maria Bauer Felício serve de referência tanto de apoio às demais escolas quanto de materiais disponíveis para utilização em outras escolas. Ela é direcionada ao AEE (Atendimento de Educação Especial), disponibilizando de material didático e de espaços para auxiliar os alunos especiais. Além desses materiais e métodos, a escola também dispõe de uma equipe pedagógica especializada para esse atendimento e auxiliares com a formação mínima para ajudar os alunos matriculados.

Também o município possui quatro escolas de Ensino Médio de competência do estado do Rio Grande do Sul. As quatro instituições trabalham com a inclusão prevista na LDB, mas os professores ainda não têm formação para atender esses alunos de inclusão. Os docentes e funcionários do Estado sofrem com a carência de recursos financeiros e humanos para atendimento em qualquer nível de aprendizagem, não estando as escolas preparadas para receber esses alunos.

Já as escolas do município dispõem de AEE em turno inverso e durante as aulas para atender os alunos de inclusão, conforme prevê a legislação do município. A figura que segue mostra o número total de escolas estaduais, municipais e particulares, conforme pesquisa feita em 2017 pelo MEC, no início desta pesquisa.

Figura 5- Escolas no município de pesquisa em 2017

Dados da Educação de Capão da Canoa

Indicadores da Educação Básica da localidade				
Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	29	11.479	513	511
2008	29	11.389	502	514
2009	34	11.368	496	517
2010	34	11.456	514	522
2011	38	11.812	563	546
2012	38	11.830	546	561
2013	38	12.252	585	578
2014	41	12.241	586	585

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

TOTAL DE ESCOLAS: 41 Escolas

- Escolas Municipais: 21 Escolas

- Estaduais: 04 Escolas

- Privadas: 16 Escolas

Disponível em:

<http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/uploads/tiny_mce/files/cme/resolu%C3%A7%C3%A3o/resolucoes-2005-004.pdf>. Acesso em: maio 2017.

O quadro que segue descreve as escolas do município de Capão da Canoa, RS. São escolas de Educação Infantil de zero a seis anos de idade, do berçário até a pré-escola e escolas de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano que compreendem estudantes de seis a 15 anos de idade. Essas escolas oferecem vagas para alunos inclusos, bem como professores e materiais adaptados para melhor atender a essa demanda.

Quadro 3- Escolas do município de Capão da Canoa, RS

<p>ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS</p> <p>Totalizando 9 escolas</p>	<p>ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL 6 A 15 ANOS DE IDADE, 1º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL</p> <p>Totalizando 11 escolas</p>
--	---

Meu Mundinho II	Leopoldina Veras da Silveira
Recanto dos Baixinhos	Prudente de Moraes
Carrossel	Prefeito Jorge Dariva
Meu Mundinho I	Cicero da Silva Brogni
Narieta Ferreira Lessa	Professora Iracema Vizzoto
Pequeno Aprendiz	Mario Curtinove
Gotinhas de Orvalho	Iglessias Minosso Ribeiro
Cantinho da Alegria	Claudio Magnante
Aquarela	Manoel Medeiros Fernandes
	Professora Zilpa Mattivi de Oliveira
	Professor Moacyr de Araujo Pires

Quadro elaborado pela autora em 2019 a partir do sítio:
<http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/site/departamento/visualizar/id/59/?Educacao.html>

Ainda o município de Capão da Canoa dispõe de uma escola de Educação Especial, que atende a alunos que não apresentam condições físicas, psíquicas e intelectuais. Esses educandos já passaram pelas escolas regulares e não apresentaram condições de inclusão em sociedade, não permitindo, assim, desenvolver seus direitos de igualdade diante dos demais alunos.

Quadro 4- Escola de Educação Especial do município de Capão da Canoa, RS

Escola de Educação Especial, que atende a alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental
Ana Maria Bauer Felicio

Quadro elaborado pela autora em 2019 a partir do sítio: <http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/site/departamento/visualizar/id/59/?Educacao.html>

O Litoral Norte recebe grande número de visitantes e, com o turismo, recebem-se, a cada ano, mais moradores de outras regiões em busca de qualidade de vida e de trabalho. Essas famílias deixam suas regiões e mudam para o litoral, com o objetivo de encontrar boas oportunidades e escolas qualificadas para atender seus filhos.

Uma situação que chama bastante a atenção nas escolas é o grande número de procura por matrículas em instituições já superlotadas. Com esse aumento do número de moradores, a inclusão também aparece, uma vez que a maioria de alunos com necessidades especiais advém de famílias que desconhecem a importância de um pré-natal adequado, por falta de informações e uso de outras substâncias.

A inclusão também cresce junto com as demais matrículas. As famílias tendem a procurar cidades menores para melhor auxiliar o desenvolvimento do filho. É nítida a aceitação tanto dos professores e funcionários das escolas quanto das crianças nas instituições que atendem a esses alunos. Não existe preconceito nem algum tipo de discriminação. O que ocorre na maioria das vezes é a dúvida do novo, uma vez que o desconhecido causa um pouco de medo ao tentar integrar da maneira mais adequada sem causar constrangimento.

A pesquisa também abordará a experiência dos profissionais entrevistados. O estudo avaliará se a opinião de profissionais em via de aposentadoria difere da opinião dos profissionais recém-formados, pois a graduação desses docentes tem focos diferentes.

É importante ressaltar que profissionais em final de carreira tiveram a oportunidade de ver a inclusão sendo introduzida ao longo de sua trajetória docente. Então, a opinião desses professores foi quanto aos avanços que se obteve nessa área, mesmo com a prática distinta da legislação. Já a opinião dos profissionais em início de carreira foi mais diversa quanto à prática pedagógica para com os alunos inclusos, uma vez que sua experiência docente está baseada em teorias e associada a uma legislação.

Já os alunos inseridos nesse contexto têm outra visão, pois desconhecem a legislação na íntegra e recebem o educando incluso com tranquilidade. Quando se trata de estudantes na

faixa etária dos anos iniciais, mal percebem que determinado colega apresenta algum tipo de limitação ou superdotação.

O intuito desta pesquisa é conhecer algumas escolas e os relatos de alguns professores e funcionários quanto aos resultados de aprendizagem dos alunos de inclusão. Buscam-se, através desses dados, os resultados das políticas públicas dessa região, de acordo com a Lei 9394-96 e a Constituição Federal, que são as leis maiores que amparam a educação a fim de relacionar os direitos e os deveres dos órgãos públicos ao conhecimento da sociedade. Nos resultados inclusivos, busca-se a aprendizagem de forma geral, tanto para alunos inseridos quanto para alunos que receberão a inclusão.

Contudo, a inclusão prevista na legislação é perfeita de forma legal, mas, na aprendizagem e nos resultados, tanto para os alunos inseridos quanto para os alunos inclusos, por vezes, não se mostra tão eficiente. Na faixa etária dos anos finais do Ensino Fundamental, a inclusão perde um pouco o foco, pois se trata de algo novo, alvo de especulações e questionamentos.

Quanto ao currículo adaptado, o educador regente e o educador especial devem trabalhar em conjunto para resultados positivos de aprendizagem do aluno com necessidades especiais. É preciso que juntos busquem a aprendizagem desses estudantes. Para isso, modificações devem ser feitas para que ambos, ao trabalharem no mesmo espaço, consigam passar os mesmos conteúdos de forma adaptada para cada aluno e suas limitações. Também cabe à equipe pedagógica o acompanhamento de acordo com cada aluno e cada necessidade, esperando dessa atuação resultados satisfatórios.

As políticas públicas que protegem os alunos com necessidades especiais vêm se aprimorando com o tempo e favorecendo não apenas a inclusão escolar, mas um mundo de conhecimento para estudantes com necessidades de aprendizagem. O mercado de trabalho também avançou nesse sentido, dando a esses alunos inclusos a possibilidade de dignidade social, uma vez que, garantido o acesso à educação em tempo hábil, podem também ser inseridos no mercado de trabalho, garantindo um futuro promissor com as mesmas possibilidades para todos.

Para esse processo obter sucesso, as políticas públicas contam com um grande avanço desde 1854 até a Constituição Federal de 1988. Desde então as leis que amparam os alunos inclusos estão sempre em constante modificação. Espera-se que, para alcançar os objetivos

propostos para cada Projeto Político Pedagógico (PPP), amparos específicos sejam arregimentados a cada novo processo. Um desses novos processos de busca pelo resultado satisfatório é o Plano Municipal de Educação (PME) que é modificado em conjunto com a equipe pedagógica, colocando-se à mostra a realidade em sala para que se possa visualizar melhorar a realidade da educação básica.

Todos os municípios editaram seu PME²¹ visando melhorar o atendimento de seus alunos em diferentes níveis de educação e aprendizagem. Esse PME é editado junto com os professores, funcionários e auxiliares das redes públicas de educação dos municípios. Nas escolas do litoral, por exemplo, as prefeituras disponibilizam de profissionais preparados para receber os alunos especiais, com professores ou auxiliares de acordo com as normas dos Planos Municipais de Educação (PME) para os municípios: Capão da Canoa-LEI Nº 3.121, DE 04 DE AGOSTO DE 2015. FL. - 01 Aprova o Plano Municipal de Educação - PME - do Município de Capão da Canoa e dá outras providências.

As políticas públicas desta região realizam um ensino de qualidade na educação inclusiva.. Esta pesquisa busca saber a situação encontrada nas escolas quanto à inclusão por meio de entrevistas com profissionais que atuam diretamente com essa realidade, visando ao desenvolvimento regional voltado para a educação. Isso se dá desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Médio. Pretende-se, assim, averiguar também a obrigatoriedade de estudos diante das legislações, que auxiliam no trabalho docente nessa área. Espera-se, dessa forma, que os resultados desta pesquisa possam direcionar e motivar os alunos a irem além da obrigatoriedade imposta pela legislação brasileira.

3.2 As entrevistas: docência com alunos de inclusão

²¹ O Plano Municipal de Educação é editado a cada 10 anos e tem como diretrizes: a melhoria na qualidade da educação, superação das desigualdades educacionais, a formação para o trabalho técnico, científico e da cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos da família e sociedade, a valorização dos profissionais da educação e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com a aplicação de recursos públicos em educação em regime de colaboração com o Estado e a União, nos termos da Constituição Federal.

A primeira questão das entrevistas foi direcionada aos professores, funcionários, auxiliares e estagiários com mais de um ano de experiência. As respostas foram obtidas através de um parecer e de relatos de como é realizado, dentro e fora de sala de aula, o atendimento aos alunos de inclusão.

Essa entrevista consta descrita no apêndice B desta pesquisa. Os dados observados apresentam-se no gráfico 2 que demonstra quais e quantos profissionais foram submetidos à análise dos dados voluntariamente. O quadro 5 está organizado com as questões de análise feitas nas entrevistas individuais e em grupos. Para isso, foram organizados seminários para abordar o assunto e reuniões em pequenos grupos e individuais para os profissionais que não se sentiram confortáveis em participar da pesquisa em grande-grupos. Além disso, foram elaboradas as mesmas questões para profissionais de diferentes áreas, como professores, auxiliares, funcionários e estagiários.

As questões foram divididas em alternativas que dispõem de opções de escolas. Dentre essas questões, também o profissional entrevistado poderia incluir sua opinião além das opções relacionadas no apêndice B, a fim de enriquecer as alternativas quantitativas e qualitativas desta pesquisa.

No campo análise, verifica-se que o grande grupo concorda com as questões devido à experiência e titulação ao longo de sua vida funcional e profissional, com carga horária distinta e a mesma opinião quanto aos alunos inclusos em suas escolas.

Quadro 5: Desenvolvimento das questões analisadas

Questões	Alternativas	Análises
<p>1- Docência com alunos de inclusão.</p> <p>2- Experiência quanto a alunos inclusos.</p>	Relacionar tempo de experiências; pode variar de 5 a 15 anos; de experiência em geral.	Para cada aluno incluso, uma experiência diferente, diante de seus laudos sempre haverá distinção.
<p>3- As Políticas Educacionais estão sendo POSTAS em prática?</p> <p>4- O censo de sua escola está atualizado para recebimento de materiais didático-pedagógicos adaptados?</p>	Os alunos inclusos têm amparo pedagógico; as leis de amparo auxiliam na aprendizagem; professores qualificados de acordo com as necessidades; material de apoio adequado para determinadas limitações.	Materiais de apoio; salas de recursos adaptadas; mobiliário acessível nas turmas; jogos pedagógicos de acordo com as necessidades.
<p>5- Quantos funcionários têm preparo para receber este aluno além da sala de aula?</p> <p>6- Com que frequência a escola oferece treinamentos/cursos e ou seminários em geral para conhecimento quanto à inclusão em geral?</p>	<p>Os funcionários procuram entendimento e especializações na área para atender estes alunos?</p> <p>A escola participa ou já participou de algum projeto, programa ou bloco de aprendizagem direcionado à inclusão nos últimos 10 anos?</p>	<p>PROCURAM conhecer as dificuldades; tentam socializar; preferem não lidar diretamente com aluno incluso sem presença do professor;</p> <p>não estão preparados; preferem não se envolver ou não conhecer.</p>

Quadro modificado pela autora, 2018.

Gráfico 2- Modificado pela autora, a partir da coleta de dados de 60 entrevistados em quatro escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino no município de Capão da Canoa, RS, localidade da atual pesquisa

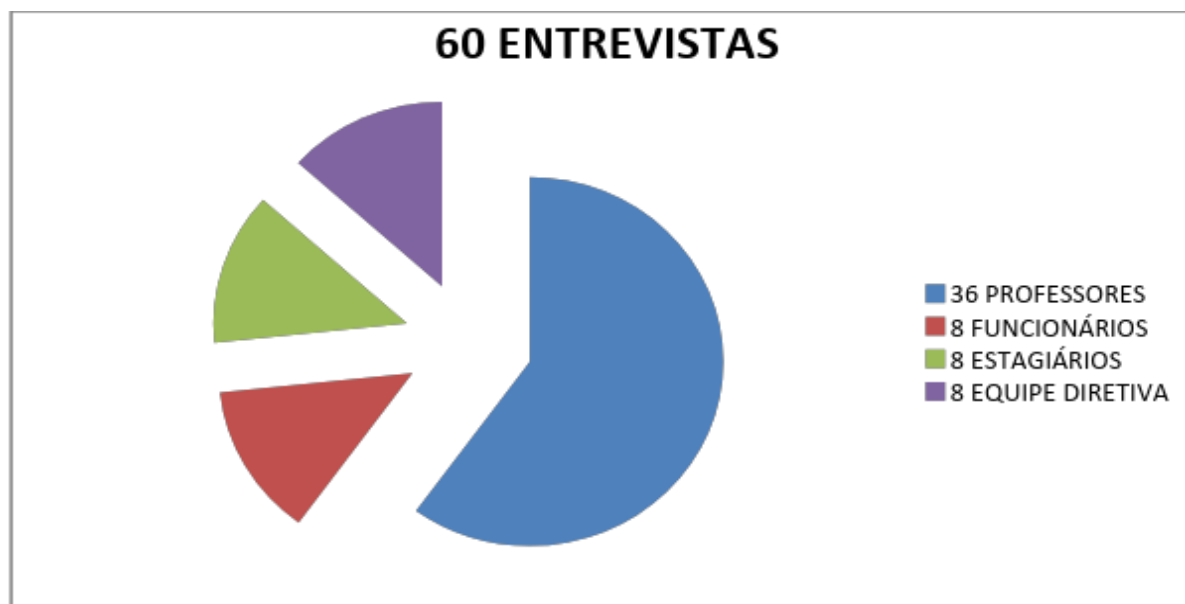


Gráfico elaborado pela autora, 2018.

O gráfico apresentado mostra profissionais que colaboraram para os resultados obtidos acerca da inclusão nas escolas do município de Capão da Canoa, RS, local de estudo desta pesquisa. Os 60 entrevistados, como consta no gráfico, estão subdivididos em profissionais conforme a sua função, distinta para cada funcionário, para melhor compreensão da experiência e da posição profissional. Isso porque, de acordo com o setor de atuação, as opiniões acerca do trabalho com o aluno de inclusão podem diferir.

Nesta análise de pesquisa, será possível perceber que a experiência com alunos pessoas com necessidades especiais promove opiniões distintas nas diferentes funções. Esses dados serão expostos individualmente por alternativa e, também, em formato de gráficos explicativos, no intuito de facilitar a literatura e busca por melhores resultados.

O quadro apresentado anteriormente mostra ainda os detalhes dos indivíduos entrevistados e a análise geral de suas respostas. A análise efetuada será qualitativa, analisando as respostas mais aproximadas da maioria. Os resultados quantitativos serão expostos nos gráficos, a fim de que cada alternativa obtenha um processo minucioso.

4 QUESTÕES ANALISADAS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas qualitativas e quantitativas foi feita nas escolas do município de Capão da Canoa, Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa contou com a colaboração de profissionais da área da educação, incluindo estagiários, auxiliares, funcionários de diversas áreas da escola, equipe pedagógica e professores da rede pública de ensino.

Cada pessoa entrevistada tem suma importância para esta dissertação, devido ao conhecimento apresentado na área e pela possibilidade de troca de experiência. Para esta pesquisa, foram organizadas entrevistas convencionais, bem como encontros pedagógicos para discussão geral das questões, no intuito de compreender e disseminar aquilo que é importante para os demais colegas da área de educação.

Cada tópico foi debatido e analisado cuidadosamente para que se pudesse avaliar de forma significativa o conteúdo apresentado, visando à amostragem de resultados. A prática pedagógica com alunos de inclusão, na sua rotina diária, é sempre um desafio, gerando muitas dúvidas entre os docentes. Seguem, na sequência, os resultados obtidos com as entrevistas.

4.1 Tempo de docência com alunos de inclusão; Experiência docente em geral

Na primeira questão, foram entrevistados 36 professores. Desse total, 20 docentes avaliam que não é possível obter resultados de acordo com a legislação. Todos sem exceção tentam, mas os alunos de fato não estão sendo incluídos e sim prejudicados com esse “processo de inclusão”. Para professores, auxiliares, estagiários e equipe pedagógica, essa modalidade tem boa intenção, mas, na prática, não ajuda os alunos de fato. O tempo de atuação com alunos de inclusão na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no ensino superior dá-se desde o início de carreira até acima de 10 anos de experiência docente.

Seguem, na sequência, algumas respostas as quais mais surpreenderam a pesquisadora ao longo deste estudo. Isso se repetiu em distintas escolas e com diferentes profissionais com experiência de alunos especiais e também com professores que iniciaram há pouco tempo na

profissão. As respostas quanto a esta primeira questão e a negatividade quanto ao processo de inclusão foi um processo geral.

Quadro 6 - Resposta unificada para a maioria dos entrevistados

“A inclusão é mais do que inserir um aluno com alguma necessidade em uma sala de aula com alunos sem limitações. O aluno especial merece ter um tratamento especial. O que nós professores estamos fazendo obedecendo à legislação é crueldade para alunos especiais, como era antigamente que tratavam com medicação severa e recluso da sociedade. O aluno especial poderia ser incluso de forma social e não intelectual. Forçar ele a ter o mesmo entendimento dos demais alunos é submeter este aluno ao trauma psicológico.”

Quadro elaborado pela autora, 2018.

O gráfico 3 mostra a quantidade de profissionais e também suas opiniões quanto à inclusão por experiência com alunos inclusos. É importante levar em consideração que os alunos de inclusão não frequentam apenas a sala de aula, mas todas as dependências de uma escola, por isso os demais profissionais da instituição também devem observar os alunos inclusos.

Ao abordar os profissionais mencionados, é possível visualizar, de uma forma geral, as opiniões de acordo com suas experiências e também seu conhecimento intelectual. Isso difere em determinados setores de uma escola.

Gráfico 3- Respostas contra a inclusão e ou a favor da inclusão e também das experiências vividas, de professores, funcionários, estagiários e equipe diretiva

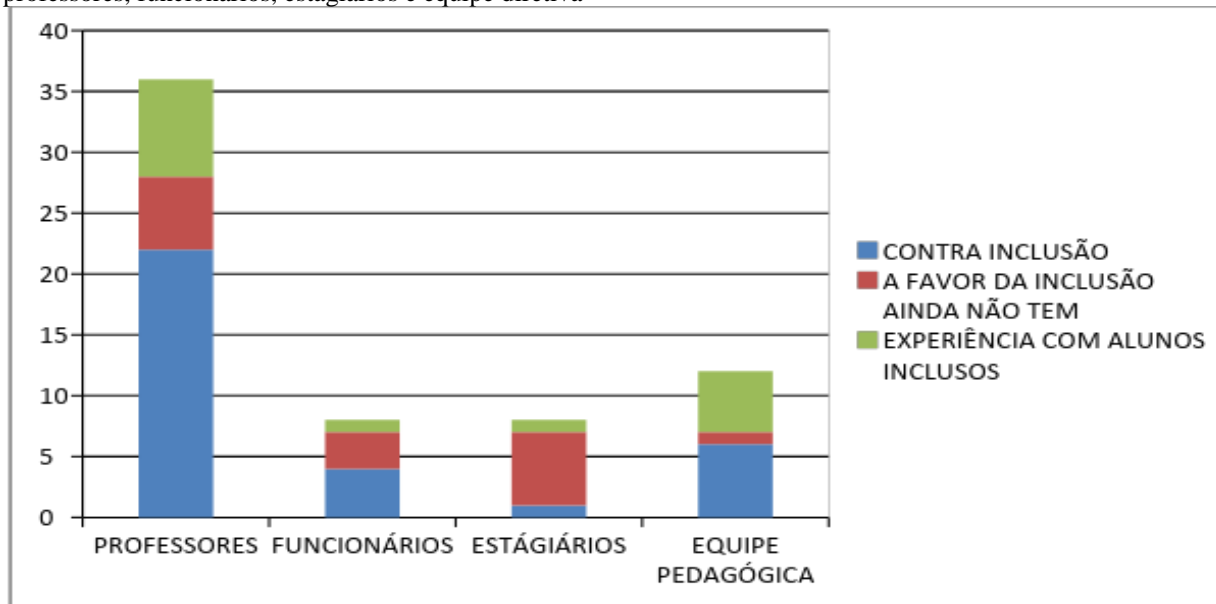


Gráfico elaborado pela autora, 2018/2.

Esta análise quantitativa leva ao resultado qualitativo de escolas diferentes de um mesmo município, para melhor atender os alunos inclusos. É possível também avaliar que a pouca experiência nessa área se destaca nos estagiários, uma vez que falta conhecimento tácito da legislação, ressaltando a concordância com a inclusão. Já para os profissionais com maior tempo docente e maior conhecimento tácito da legislação, as opiniões se mostram controversas. No ponto de vista de profissionais qualificados, a inclusão é praticamente um insulto ao aluno incluso.

Para abordagem ainda maior no que diz respeito às especialidades e limitações, cada profissional tem uma opinião diferente que não será abordada nesta pesquisa. Isso porque tornará o assunto infinito, ao tratar de cada CID ou laudo médico.

Já para a equipe pedagógica que abrange orientadores educacionais, supervisores pedagógicos e diretores, as opiniões estão divididas por não terem, provavelmente, contato direto com o aluno incluso. Esses profissionais conhecem a realidade a partir dos relatos de pessoas diretamente ligadas aos alunos inclusos e fazem o seu trabalho para proporcionar a esses estudantes melhor qualidade em seu processo educativo.

A partir da matrícula dos alunos inclusos, é possível, de acordo com o censo, dispor de materiais e funcionalidades adequados para cada turma. Então, a equipe pedagógica corrobora o trabalho de inclusão, visando ao desenvolvimento de uma educação de qualidade para com o aluno inserido na rede regular de ensino, de acordo com as leis destacadas nesta pesquisa.

4.2 Experiência quanto a alunos inclusos com e sem currículo adaptado

Para a segunda questão desta pesquisa, o foco foi direcionado especificamente à experiência docente com e sem currículo adaptado através dos resultados do censo. Os alunos com currículo adaptado não aprendem de forma significativa aos demais alunos, já que a adaptação é feita de acordo com seu laudo médico, levando os demais alunos a se distraírem e a não prestarem atenção no conteúdo diferenciado para o aluno inserido. Também os demais alunos não aprendem igualmente, pois cada um tem sua limitação cognitiva. Eles aprendem igualmente em um contexto geral. Dessa forma, todos os currículos deveriam ser adaptados para cada dificuldade cognitiva, porque o aluno obtém aprendizado em conjunto com o coletivo e com o auxílio dos colegas, sendo inclusive por dificuldades cognitivas, dificuldades patológicas, sociais, econômicas e ou limitações médicas.

No entanto, sem currículo adaptado, o aluno não aprende de forma real, pois demonstra dificuldades em compreender os conteúdos apresentados. Os demais alunos distraem-se, pois cada um compreende o assunto da sua forma. Porém, todos recebem atividades iguais. A grande maioria dos alunos aprende igualmente, já que o estudante obtém aprendizado geral da situação e do contexto, levando essas dificuldades para a próxima etapa.

Gráfico 4- Abordagem quanto aos currículos adaptados em sala de aula comum, com ou sem educadores especiais

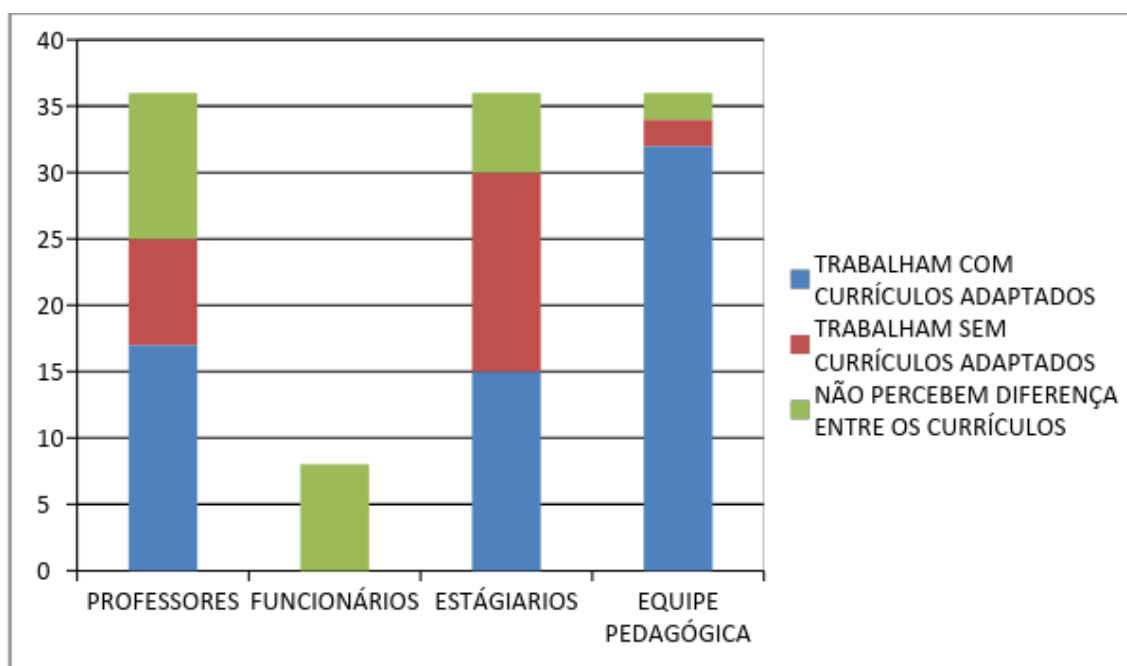


Gráfico elaborado pela autora, 2018/2.

Ainda conforme esse assunto, os currículos com ou sem adaptação diferem de acordo com cada profissional, principalmente aqueles que dispõem de professores educadores especiais dentro de sala junto ao aluno incluso. Quando o profissional trabalha sozinho, em geral, as turmas têm até 20 alunos quando integram alunos especiais para que, dessa forma, o docente possa dar melhor atenção para esse estudante de acordo com a legislação vigente no município.

O município de Capão da Canoa, RS, segue a legislação corretamente, no entanto, a legislação é muito clara: para educandos com síndromes ou transtornos, o aluno tem direito a um profissional de apoio como auxiliar, que pode ser de escolaridade de Ensino Médio. Nesses casos, compete ao professor a organização do conteúdo pedagógico e a elaboração de aulas diferentes para cada dificuldade. Isso, na opinião dos profissionais da educação, é de fundamental importância.

Já para os alunos com laudos médicos que sofrem de alguma limitação física, intelectual, visual, auditiva entre outras, o município dispõe de um profissional de graduação

direcionada e especializada para atendimento de alunos inclusos. Trata-se de um educador especializado para atendimento junto com a turma regular e também em turno inverso, cabendo-lhe, então, a adaptação do material pedagógico, adequado e de acordo com o professor titular. Professor titular e professor auxiliar construirão as atividades que melhor se adaptarão a cada aluno incluso.

Por essas diferentes situações que as respostas foram mais distintas. Tudo depende muito de cada turma e de cada aluno matriculado. Somente após o conhecimento da turma e dos resultados do censo é então possível saber se haverá possibilidade e a necessidade de currículo adaptado para a turma.

O quadro que segue destaca a resposta presente em todas as entrevistas até o presente momento. Essa discussão causa dúvida e desconforto aos entrevistados.

Quadro 7- Dúvida decorrente dos entrevistados

“Se é preciso adaptar uma atividade pedagógica, onde está a inclusão e os direitos iguais para todos? Se não adaptar as atividades, está sendo retirada a possibilidade deste aluno de compreender a disciplina como os demais?”

Quadro elaborado pela autora, 2018/2.

Todos os profissionais entrevistados seguem as políticas públicas educacionais do município e da LDB 9394/96, mesmo não estando de acordo ou trabalhando na prática de forma adaptada com cada região, escola, sociedade e sua realidade pedagógica, adaptando ou não os currículos. Todos os participantes, sem exceção, avaliam que buscam melhor compreensão e entendimento dos alunos envolvidos nesse contexto, sendo eles com necessidades especiais, econômicas ou sociais, por isso todos os discentes recebem um olhar especial, visando ao melhor entendimento pedagógico.

4.3 Políticas Educacionais em prática

As políticas educacionais foram privilegiadas na terceira questão aplicada nesta pesquisa. Perguntou-se então: elas estão sendo postas em prática? Os alunos inclusos têm

amparo pedagógico? As leis de amparo auxiliam na aprendizagem? A escola dispõe de professores qualificados de acordo com as necessidades? Os materiais de apoio são adequados para determinadas limitações?

As questões apresentadas são de suma importância, pois é a partir desse contexto que se busca a aprendizagem mais adequada para os alunos inclusos. As políticas educacionais do município de Capão da Canoa, RS, seguem a legislação vigente diante do censo, disponibilizando professores especializados e ou auxiliares que ajudarão no preparo de atividades pedagógicas.

Os professores inseridos na Secretaria de Educação têm graduação e especialização específica para atendimento especial. São profissionais efetivados no serviço público ou contratados de forma emergencial via processo seletivo minucioso, mas todos que trabalham direto com os alunos inclusos têm formação adequada.

Os materiais adaptáveis ou recursos para esse atendimento são fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no ano seguinte à matrícula do aluno, de acordo com o censo. No entanto, as escolas já dispõem de materiais adaptáveis por ofertar essa modalidade de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Sistema Municipal de Ensino de Capão da Canoa. Desde o ano de 2005, o município disponibiliza a RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005 a qual avalia que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais. (CAPÃO DA CANOA, 2005, p.1).

Dessa forma, seguem os artigos 1º, 2º e 3º que determinam a inclusão de alunos com necessidades especiais de acordo com seus laudos e patologias. A melhor colocação tem o intuito de possibilitar aprendizagem igual para todos os estudantes inseridos na rede municipal de ensino público, preferencialmente.

Já para os docentes envolvidos, dispõe-se que, a partir do Artigo 7º, cabe à Secretaria Municipal da Educação:

de acordo ainda da mesma resolução nos incisos “V– a iniciativa de promover oportunidades de formação continuada de professores para atuar na educação especial;VI – proporcionar capacitação de formação em educação especial para aqueles que já estão em exercício; VII – divulgar, anualmente, a relação de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas comuns e escolas de educação especial.” (CAPÃO DA CANOA RESOLUÇÃO nº 4, 2005, p.1).

Tudo isso proporciona adequação de qualidade para os docentes melhor atenderem os alunos inseridos na turma. O profissional já contratado via efetividade e ou processo seletivo recebe, durante seu período letivo, subsídios para assegurar uma educação de qualidade e condições de ofertar apoio ao desenvolvimento social dos alunos e familiares.

No gráfico que segue, consta a opinião dos profissionais quanto à efetividade das políticas públicas na prática diária dessa legislação. São resultados de entrevista geral com todos os funcionários e estagiários além dos professores. Por isso, as respostas foram subdivididas em qualificação e olhar geral de uma equipe educativa priorizando a legislação vigente do município.

Gráfico 5- Amostragem de entrevistados que concordam ou discordam da inclusão

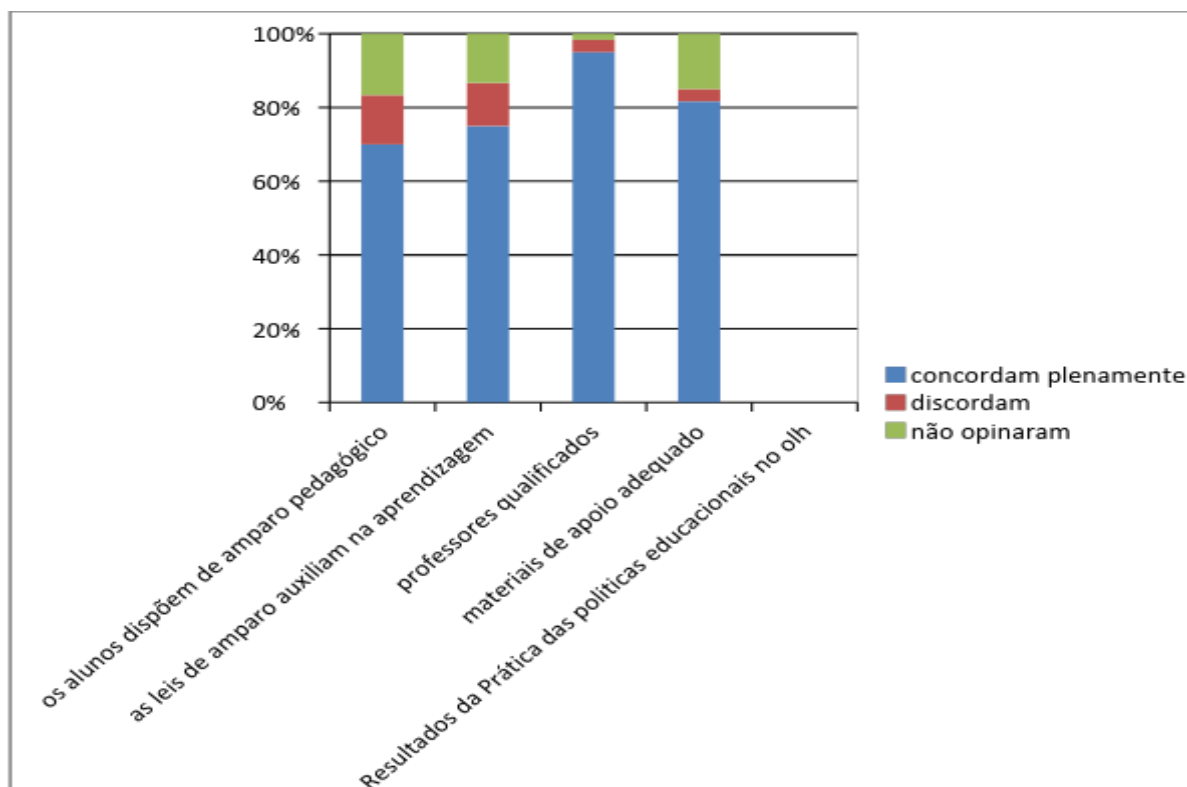


Gráfico elaborado pela autora, 2018.

De acordo com os resultados apresentados, a satisfação geral sobre as políticas públicas significa que os alunos inclusos têm todo um amparo tanto pedagógico quanto legislativo de acordo com as resoluções mencionadas desde 2005. Isso deixa os entrevistados satisfeitos por estarem participando desse processo de aprendizagem junto com os alunos e os familiares.

Para que esse processo de aprendizagem e também para que a legislação seja posta na sua prática pedagógica, é preciso que o censo da escola e do município esteja devidamente organizado no ato das matrículas. Isso fará com que os recursos necessários sejam disponibilizados para a escola, favorecendo um ensino de qualidade para os alunos com necessidades especiais e sociais. É a partir desses dados que será enviado toda e qualquer condição para melhor atendê-los.

5 A IMPORTÂNCIA DA ATUALIZAÇÃO DO CENSO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS ADAPTADOS

Para que as políticas educacionais sejam colocadas em prática para a educação em geral, priorizando nesta pesquisa a educação especial, é preciso que o censo da escola seja feito de acordo com os alunos matriculados que apresentaram na hora de suas matrículas os devidos laudos médicos justificando a sua limitação. Esse documento será anexado às fichas de controles de alunos especiais para que eles tenham o atendimento educacional especializado e também para que o MEC envie os materiais de acordo com cada especialidade.

Desde então há a necessidade de efetuar um controle claro e preciso, pois, a partir dessa matrícula, os materiais adaptados chegarão à escola no ano seguinte à matrícula do estudante. O censo analisa, anualmente, os dados de uma escola e, até mesmo, a permanência desse aluno na instituição. No litoral, sofre-se com as mudanças frequentes tanto de alunos vindos de outras localidades quanto de alunos voltando para suas localidades de origem, pois os pais movimentam-se em busca de melhor qualidade de vida, que, no litoral, aumenta, significativamente, no período de veraneio. Isso torna estável o público educacional até o fim do primeiro semestre.

Como já foi abordado no item anterior, ainda há controvérsias quanto à importância de materiais pedagógicos adaptados para a aprendizagem do aluno. Mas esses materiais se fazem necessários, uma vez que favorecem resultados satisfatórios para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes incluídos de forma geral.

Esses acessórios ficarão na escola mesmo quando os alunos finalizarem seu período estudantil ou forem transferidos. Dessa forma, quanto maior for o número de alunos especiais matriculados na mesma escola, maior o acervo de mobiliários e de materiais adaptados. Para as escolas do município de Capão da Canoa, RS, também existe a transferência desses materiais de acordo com a necessidade de outras instituições. O município compõe de uma secretaria própria para a educação especial que facilita essa ação entre equipe pedagógica, escolas e professores.

O controle do censo é enviado para as escolas previamente para que os funcionários responsáveis possam analisar, juntamente com a equipe diretiva e a Secretaria de Educação

Especial, o número de alunos que necessitarão de atendimento especial. É um controle preciso sobre cada matrícula vinculada, sendo que cada estudante tem uma numeração e um código que permite a conferência.

Para o docente, esse controle é verificado em seu diário de classe. Nesse documento escolar consta, ao lado de cada nome de alunos matriculados, a informação de necessidades especiais, caso for preciso. Assim, o professor já sabe que o referido aluno precisa de um atendimento especial. Essas informações favorecem a organização docente, uma vez que há, por parte do educador, o conhecimento prévio quanto à necessidade do uso de materiais adaptados e ou mobiliário adequado para receber esse aluno em sala de aula.

Para que tudo seja bem organizado para receber o aluno, o funcionário que fará essa atividade terá um aperfeiçoamento de acordo com a necessidade de cada escola, município, região, regionalidade, sociedade e, principalmente, realidade de cada escola. Esse profissional saberá onde a instituição está inserida. Há uma necessidade de que a escola pública como comunidade tenha um conhecimento prévio acerca do tema.

A realidade da escola é um fator de suma importância para a permanência desse aluno em sala de aula. O simples fato da locomoção desse aluno já se trata de uma necessidade importante. Pensar em como esse aluno com necessidades especiais vai chegar até a escola em que ele está matriculado é um fator de realidade social e regional, por isso o município dispõe de transporte para locomover esse aluno de sua casa até a escola, dando o amparo necessário.

Para que todos esses benefícios sejam usufruídos pelo aluno com necessidades especiais, são fundamentais os dados quantitativos que o censo fornece anualmente aos órgãos competentes. Isso favorecerá ao aluno a melhor forma de conforto, além de uma aprendizagem adequada conforme previsto em lei.

Ainda na legislação, no Artigo 4º, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Diante do exposto, o município de Capão da Canoa, RS, oferece transporte adequado para alunos com necessidades especiais para levá-los às escolas bem como atendimento especializado, como fonoaudiólogos, fisioterapeutas e tratamento psicológico a seus familiares, possibilitando, assim, uma qualidade de vida para todos como mostra a legislação.

No quadro que segue, são apresentadas as questões utilizadas para a coleta de dados a fim de buscar informações a respeito da forma como é concretizada a didática pedagógica na aprendizagem do aluno inserido nas escolas regulares de ensino público do município de Capão da Canoa, RS. O professor de Educação Especial Inclusiva trabalha em conjunto com o professor titular, proporcionando materiais adaptados de acordo com o currículo. Esse profissional também trabalha com alunos de outras turmas. É importante destacar que o professor de Educação Especial conhece a realidade de cada aluno e suas dificuldades, tendo formação especializada de acordo com a demanda da rede pública.

O município também oferece treinamento para os profissionais da educação, tanto para os professores titulares quanto para os professores de Educação Especial. Essa formação estende-se também aos auxiliares, funcionários e estagiários, desde a Educação Infantil que se dá dos zero aos seis anos de idade até as séries finais do Ensino Fundamental que se dá do primeiro ano de alfabetização até o nono ano do Ensino Fundamental, níveis de ensino de competência do município. A partir do Ensino Médio, a educação é de responsabilidade do estado, que apresenta dificuldade em dar continuidade aos serviços prestados pelo município. Nesta pesquisa, o foco foi a partir de escolas do município de Capão da Canoa, RS.

O município oferece dentro do ano letivo seminários, simpósios e palestras que tratam do assunto em questão. Todos os funcionários, professores, auxiliares e estagiários prestigiam essas formações. São fornecidos também certificados para os participantes. Trata-se, portanto, de convocação, sendo as atribuições e comparecimento obrigatórios e fundamentais para a eficácia da qualidade de ensino.

Diante da análise censitária, é possível dispor de recursos humanos apropriados para trabalhar com os alunos sem distinção. O quadro apresentado a seguir é distribuído de forma demonstrativa, sendo criado para visualizar uma sala de aula adaptada para a inclusão. De acordo com o instrumento desta pesquisa, nas entrevistas semiestruturadas, mostra-se a disposição do corpo docente e seus funcionários, uma vez que o trabalho desses colaboradores se coloca à disposição dos alunos de inclusão de modo geral.

Quadro 8- Demonstrativo de trabalho com alunos inclusos a partir de competências profissionais disponibilizadas pela Secretaria de Educação

O professor de educação especial inclusiva.	Professor titular em rede regular com alunos inclusos.	Estagiários, funcionários e auxiliares que atendem todos os alunos.	Estagiários funcionários e auxiliares que atendem os alunos inclusos.
Prepara material para atender o aluno no turno inverso que está matriculado em sala regular.	Prepara o material que será abordado para disciplina e turma; repassa para o professor especial fazer as devidas adequações.	Possibilitam aos alunos condições para participação das atividades propostas pelos professores titulares e professores especiais.	Trabalham diretamente e exclusivamente com discente incluso, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem diante à disponibilização de material adequado preparado pelos docentes responsáveis.
Trabalha em conjunto com o professor titular dentro de sala de aula organizando o material pedagógico adaptado de acordo com o material proposto para a turma, de acordo com a	Trabalha em conjunto com o professor especial na elaboração de adaptações <u>condignitas</u> para cada especialidade e dificuldades cognitivas.	Trabalham em conjunto com os professores e diretamente com os alunos para que se concretize o objetivo proposto.	Trabalham em conjunto com os demais alunos, viabilizando a concretização das propostas pedagógicas previamente organizadas.

necessidade do aluno.			
Auxilia o aluno incluso nas atividades de socialização de socialização propostas pela equipe diretiva durante o ano letivo.	Organiza atividades de socialização de acordo com as limitações dos alunos inclusos para que todos possam participar de forma igualitária sem discriminação e ou preconceito.	Auxiliam na organização da socialização juntamente com os demais docentes para obter resultado proposto no projeto pedagógico para todos os alunos.	Participam diretamente das socializações junto ao aluno com necessidades especiais, independente de sua limitação física, psíquica, motora ou intelectual.
Proporciona projetos de adequação pedagógica para todos os envolvidos na aprendizagem dos alunos em formato de reuniões e seminários.	Adequa os projetos propostos pela equipe diretiva, analisando de acordo com a turma e disposição para efetividade do mesmo.	Possibilitam que os projetos sejam colocados em prática pedagógica junto à equipe diretiva e funcionários.	Efetivam a conclusão dos projetos junto aos alunos inclusos, fornecendo segurança e resposta ao proposto pela equipe pedagógica.

Quadro elaborado pela autora em 2018. Análise de entrevista do apêndice B.

O quadro apresentado anteriormente parte da análise das respostas das entrevistas referentes à questão 5 do apêndice B. Esse questionamento avalia como são abordadas as propostas pedagógicas com alunos especiais e alunos regulares com professores da rede pública de ensino municipal. Além disso, questiona como são distribuídas as atribuições para cada RH disponibilizado pela Secretaria de Educação, no viés de atendimento diante das políticas públicas educacionais da rede regular de Ensino Fundamental.

Já no quadro seguinte, apresenta-se a quantidade de funcionários entrevistados, que não corresponde ao total de funcionários do quadro de efetivos, pois não foi possível, nesta pesquisa, adicionar a quantidade exata. O município não dispõe no portal da transparência dessa informação, pois a cidade conta, além dos profissionais efetivos, com um grande número de funcionários contratados que exercem uma rotatividade no quadro de recursos humanos.

Quadro 9- Formação acadêmica entre professores, funcionários, auxiliares e estagiários que participaram das entrevistas e suas titulações e qualificações

Professores titulares	Professores especiais	Auxiliares e funcionários	Estagiários
Possuem graduação acadêmica.	Possuem graduação acadêmica, licenciatura específica da educação inclusiva, ou graduação em licenciatura com especialização lato-senso na área da educação inclusiva.	Possuem escolaridade em nível de ensino médio, sem especializações específicas para atendimento especializado.	Em nível de graduação em licenciaturas e também em nível de ensino médio.

Quadro elaborado pela autora, 2018.

O quadro apresentado ilustra as titulações e as qualificações dos funcionários como determinação das políticas educacionais e a demanda das matrículas. As atribuições são disponibilizadas através da adequação e da necessidade de cada escola, uma vez que nem todas as escolas dispõem dos mesmos recursos humanos descritos anteriormente.

A disponibilidade dos funcionários, tanto de professores quanto de auxiliares, dependerá do número de alunos com necessidades especiais matriculados. Não há o mesmo número de funcionários em diferentes escolas pesquisadas. No entanto, para melhor atender os alunos, é disponibilizada a transferência do educando para a escola que melhor se adapta às suas necessidades específicas.

O município tem também treinamento e oferece qualificação de carga horária baixa aos seus funcionários e professores que se estende aos estagiários. Como estabelecido na questão 9 deste instrumento de pesquisa, isso se dá de acordo com a formação pedagógica disposta no período de recesso escolar dos alunos, fornecendo, além de conhecimento tácito,

também certificados. Essas formações se dão através de simpósios, palestras, reuniões e seminários, cabendo ao funcionário interessado em maior qualificação buscar e custear sua qualificação pedagógica.

Para se qualificar, o professor precisa buscar especializações individuais, em formato acadêmico e custear não somente os valores de seus estudos, mas também a locomoção. A Secretaria de Educação fornece um subsídio em torno de 10 % do valor, ficando assim para o professor o restante da demanda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como base as escolas públicas municipais de ensino regular do município de Capão da Canoa, no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. A cidade tem a sua disposição 21 escolas entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo uma dessas de Educação Especial. Para este estudo, apenas algumas instituições participaram da pesquisa a partir da colaboração de profissionais que atendem o município.

O estudo teve como base principal o desenvolvimento e os avanços na legislação das políticas públicas da educação regular, voltada para a educação inclusiva. De acordo com o avanço gradativo disposto à educação inclusiva, ao longo dos anos, foram alcançados alguns direitos e deveres para com os alunos matriculados em rede regular de ensino, a fim de garantir igualdade e dignidade para todos os alunos inseridos no meio educacional, sem, portanto, nenhuma forma de discriminação por suas condições físicas, psíquicas, cognitivas, sociais e econômicas. Foram abordadas, de forma detalhada, no contexto desta literatura, todas as formas de inclusão social. Esta pesquisa em especial teve o foco direcionado para a educação inclusiva, como problematização de pesquisa principal.

O tema levantado na realização desta dissertação priorizou o desenvolvimento das escolas regulares de atendimento à educação inclusiva na rede pública no município de Capão da Canoa,RS, enfatizando a realidade da aprendizagem e a realização da sua legislação para alunos inclusos na rede municipal de ensino. A coleta dos dados foi realizada a partir de entrevistas com um total de 60 funcionários, dentre eles: 36 professores, oito funcionários, oito estagiários e oito professores que compõem a equipe diretiva. Dentre os 36 professores, estão os docentes de Educação Especial e os professores titulares das turmas com alunos inclusos.

De forma qualitativa, foram pesquisados os processos de aprendizagem dos alunos inclusos a partir da prática diante das políticas públicas para a educação em geral, levando-se em consideração as práticas educacionais na educação inclusiva. No entanto, a busca se deu através da aprendizagem cognitiva dos alunos inseridos na rede regular de ensino.

A pesquisa também se apropriou de resultados quantitativos a partir de entrevistas semiestruturadas para análise de dados quanto ao montante de professores e funcionários

entrevistados por meio de seminários e entrevistas pessoais. Para analisar os resultados, utilizaram-se gráficos já mencionados na referida pesquisa.

Em virtude do que foi apresentado, a análise contemplou-se dos dados retirados a partir das pesquisas feitas através de entrevistas com funcionários que trabalham diretamente com alunos nas escolas regulares que dispõem de vagas para atender alunos especiais de Ensino Fundamental no município. A análise de dados foi contemplada anteriormente em gráficos e quadros demonstrativos, com base nas literaturas e na análise da legislação vigente para o atendimento desses alunos.

Quanto às considerações em relação à pesquisa, foi possível perceber que alguns profissionais não quiseram dar a sua opinião. Esses, então, não foram contabilizados nos resultados quantitativos. Os resultados desta pesquisa também foram analisados de forma geral, levando em consideração o contexto da participação.

A base desta pesquisa foi organizada de forma teórica, com a análise da legislação vigente e também com a comparação entre as entrevistas efetuadas de forma qualitativa para a eficácia dos dados de resultado. A partir das escolas públicas do município e da educação de forma geral, fomentou-se também a Educação Especial, fortalecendo o problema desta pesquisa no seu âmbito geral.

A educação inclusiva no município de Capão da Canoa, RS, está presente na prática diária, diante das políticas públicas educacionais vigentes, voltadas às escolas regulares de ensino com alunos especiais. Essa dúvida foi o instrumento de análise. A problematização inicial aconteceu a partir da proposta da educação regular oferecer, na sua prática pedagógica, uma aprendizagem significativa de acordo com a legislação.

No decorrer desta pesquisa, focou-se na problematização da Educação Especial inclusiva em rede regular de ensino, obtendo-se o foco das respostas na preocupação da aprendizagem do aluno inserido independentemente de seu laudo ou dificuldades de alocação ou cognição. Tendo como base os aspectos observados, tornou-se evidente que a inclusão tem aspectos diferentes de resultados satisfatórios. Quando se trata das leis que protegem os alunos inseridos, a pesquisa revelou-se completamente satisfatória, pois as leis de amparo realmente demonstram aspectos significativos para auxiliar os alunos inclusos.

Os benefícios fornecidos pelo Estado chegam até os alunos e seus familiares ao buscarem transporte, serviços de auxílio, como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, e

equipamentos adequados. Todos esses serviços são fornecidos aos alunos de forma gratuita e burocrática.

Tal burocracia encontrada para adquirir os serviços prestados pela legislação torna esta pesquisa surpreendente, pois todos os deveres do Estado estão disponíveis pelo município para os alunos e seus familiares, no entanto, a burocracia é tamanha que poucos alunos se beneficiam delas. Essa burocracia se dá de acordo com os laudos fornecidos ao secretário de escola, com base no censo demográfico que é feito na hora da matrícula. Sem os requisitos necessários, o aluno perde o benefício a que tem direito junto à LDB 9394/96, podendo esse incentivo ser adquirido somente no ano posterior ao momento da matrícula.

Em contrapartida, essa eficácia dos dados censitários demonstra os materiais de apoio que serão enviados do MEC para a escola. Também é a partir dele que o Estado viabiliza os recursos humanos adequados para atender o aluno matriculado. Dessa forma, é única e exclusiva a responsabilidade dos familiares responsáveis pelo aluno incluso fornecer e munir-se dos documentos necessários no momento da matrícula de acordo com a Lei nº 8.069/90, no artigo 55, para dar o devido andamento ao processo de aprendizagem de todo e qualquer momento de seu processo acadêmico que inicia desde a Educação Infantil.

Para tanto, o processo de ensino e aprendizagem se dá no Ensino Fundamental que inicia aos seis anos de idade quando o estudante se encontra no 1º ano. É importante destacar que é de competência da Secretaria de Educação do Município de Capão da Canoa, RS, o instrumento desta pesquisa.

Em virtude dos argumentos apresentados nos quadros e gráficos anteriormente mencionados, pode-se perceber que o resultado desta pesquisa se dividiu em opiniões contraditórias e favoráveis a respeito das leis de proteção da inclusão de forma geral. O município oferece todo e qualquer benefício que o aluno tem garantido por lei, no entanto, nem sempre ele consegue desfrutar desse direito.

Com base nesta análise, a aprendizagem do aluno matriculado com necessidades especiais vai depender do auxílio extracurricular que ele gozará. Já no que diz respeito à aprendizagem cognitiva, os resultados foram surpreendentes, pois, a partir dos dados qualitativos e quantitativos para diversas áreas de ensino e das opiniões retiradas nos seminários e encontros para os entrevistados, foi organizado um dos capítulos desta pesquisa.

No que remete à análise dos dados quanto à satisfação do corpo docente em relação à legislação, o amparo do poder público estudado, diretamente deste município, revelou resultados positivos, pois os alunos recebem o apoio que lhes é garantido por lei. Dessa forma, as escolas estão adaptadas e há materiais de apoio para os estudantes e para os professores e funcionários que atendem esse aluno de inclusão. Tudo realmente está como na legislação vigente até o momento desta dissertação, garantindo uma continuidade no processo de ensino da rede regular para alunos especiais.

De acordo com a análise dos dados, os alunos inclusos devidamente matriculados com seus laudos e CIDs recebem os materiais adequados, bem como são oferecidos serviços e reforma apropriada nas escolas de rede regular de ensino do município, sem distinção, desde que estejam no Educacenso conforme a legislação. Esses alunos recebem também o transporte adequado de deslocamento de sua residência até a escola, assim como o transporte de veículos apropriados para os tratamentos contínuos, disponível pelo Estado para todo e qualquer aluno sem distinção ou discriminação em sua prática diária durante o ano letivo. Esse uso se dá ainda no período de recesso escolar, pois, embora o educando não use as dependências escolares, continua a usar os serviços prestados, como fisioterapia e psicologia, que darão continuidade ao processo de qualidade de vida para os alunos com necessidades especiais, foco desta pesquisa.

Então, como resposta à problemática desta pesquisa – a inclusão está sendo posta em prática diante das políticas públicas educacionais -, é importante destacar que aqueles alunos que conseguem driblar a burocracia que, por vezes, aparece são atendidos de forma satisfatória. Já os alunos matriculados que não alcançam a burocracia vigente pelas exigências legais ficam totalmente fora do uso de seus direitos.

Já no que tange à aprendizagem do aluno em sala de aula regular de ensino, a situação é mais delicada, pois, mesmo com a base legal, o estudante não acompanha a “inclusão” no que cabe ao social. Os alunos inseridos e os demais que o recebem socializam de forma tranquila, independente da idade e também de suas limitações.

Para isso, o resultado desta pesquisa também se deu a partir do preparo dos profissionais que atendem este aluno. Conforme a pesquisa, a maioria não se sente preparada para lidar com essa demanda, mesmo recebendo preparação intelectual, pois cada CID apresenta suas peculiaridades. Além disso, mesmo os alunos com os mesmos CIDs são

diferentes entre si. Todos os alunos são únicos, independente de ter laudo ou ser aluno regular de ensino. Como mencionado anteriormente, não há aprendizado homogêneo e, sim, diferente.

Diante dessa continuidade, é pretensão do poder público educacional proporcionar o avanço gradativo do aluno para então chegar até o meio acadêmico universitário, uma vez que esse aluno recebe do Estado e do governo federal auxílio financeiro para se manter diante da sociedade. Quando esse aluno é inserido também no mercado de trabalho, deixa, assim, de depender financeiramente do orçamento do governo, de acordo com a revisão bibliográfica exposta nesta pesquisa.

Dessa forma, este estudo obteve resultado negativo quanto à prática diária da inclusão, uma vez que o aluno inserido em rede regular disponibiliza de seus direitos reservados, mas não disponibiliza de aprendizagem homogênea quanto aos demais alunos. Também os profissionais não se sentem seguros para atender esses estudantes, não estando preparados teoricamente, fisicamente e psicologicamente.

Ainda há um grande caminho a ser percorrido para que a inclusão se reserve de uma eficácia direcionada para os alunos com necessidades especiais, independentemente de suas limitações. Pensando no bem-estar desse aluno, a inclusão é realmente um processo longo que depende de análise. É preciso, a partir deste estudo, (re)avaliar a educação inclusiva, já que da forma como é apresentada ao longo dos anos, desde a CF de 1988 e a LDB de 1996, não tem revelado práticas significativas.

Ainda haverá muitos estudos visando auxiliar todo e qualquer aluno. Espera-se, contudo, que esta pesquisa tenha contribuído e fomentado melhorias e avanços nessa área. É importante destacar que os resultados aqui alcançados podem contribuir para alterar os DCNs que são efetivos de mudanças a cada 10 anos com base nas experiências e opiniões docentes.

Por fim, a partir dos estudos feitos acerca do tema, avalia-se que a inclusão é mais do que inserir um aluno com alguma necessidade especial em uma sala de aula com alunos sem limitações, porque o aluno especial merece ter um tratamento especial. O que os professores fazem, obedecendo à legislação, é crueldade para alunos especiais. Antigamente, tratavam esses alunos com medicação severa, enquanto ficavam reclusos da sociedade. O aluno especial deve ser incluso de forma social e não intelectual, pois forçá-lo a ter o mesmo entendimento dos demais é submeter esse aluno ao trauma psicológico.

Desta forma sugere-se por meio de seminários, congressos, reuniões que a partir desta pesquisa possa levar para o município de Capão da Canoa- RS formas de discussões para melhor atender os alunos de inclusão escolar, uma vez que o município preocupa-se em investir em formação pedagógica para os professores que atendem e para os demais professores, uma forma de aprendizagem como melhor atender este aluno, colocando esta pesquisa a disposição do município para auxiliar com este processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares — Vol. 01- Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 526 — Edifício-Sede CEP 70047- 901 — Brasília/DF Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>. Acesso em: 27 agosto de 2019.

_____ disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/><acesso em agosto de 2017>.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Distribuição do FUNDEB por Estado. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/168-repasses-eexecucao-de-recursos?download=8029:repassede-recursos-distribuicao-dofundeb-por-estado-total-2012>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Repasse consolidado (por UF, esfera de governo, origem e mês). Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-dados-estatisticos/item/972-repassede-recursos-o-fundeb?tmpl=component&print=1>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores educacionais: taxas de rendimento 2012. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/taxas_rendimento/tx_rendimento_brasil_regioes_UFs_2017.zip>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>< acesso em setembro de 2017>.

_____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm<acesso em setembro de 2017>.

ALVES, Thiago; SILVA, Rejane Moreira da. Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 851-879, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300011>.

ATLAS: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/alfabetizacao>, acesso em maio de 2018.

_____ disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/graf-pizza-estabelecimentos-na-ensino-fundamental-no-rs-por-dependencia-administrativa-201>>. Acesso em: fevereiro 2019.

BACCHETTO, João Galvão. O Pisa e o custo da repetência no Fundeb. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 424-444, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000200424&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000200008>.

BATISTA DE OLIVEIRA, Luis Felipe; SOARES, Sergei SD. O impacto do programa bolsa família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

BOISIER, Sergio. *Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa Preta e o Projeto Político*, 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em: 14 maio 2018.

BORGES Juarez Camargo. O MERCADO DE TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA: A VISÃO DOS EMPREGADORES 2015. Dissertação disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Juarez%20Camargo%20Borges.pdf> acesso em 2018.

BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, junho de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0702005000100014&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-0702005000100014>.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 de jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento Da Educação. Apresentação. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-resentacao>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Anos 90. 1997. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n59/18n59a01.pdf>>. Acesso em: 19 de agosto 2016.

CAPÃO DA CANOA: RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005. Disponível em: <
http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/uploads/tiny_mce/files/cme/resolu%C3%A7%C3%A3o/resolucoes-2005-004.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2018

CARVALHO, Marília Sá; CRUZ, Oswaldo Gonçalves; NOBRE, Flávio Fonseca. Perfil de risco: método multivariado de classificação sócio-econômica de microáreas urbanas - os setores censitários da região metropolitana do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 635-645, Oct. 1997. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000400007>.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Soc. nat. (Online) [online]. 2010, vol.22, n.3, pp.461-474. ISSN 1982-4513. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>>. Acesso em: 2 nov. 2017

CATAIA, Marcio Antonio. Território político: fundamento e fundação do estado. Soc. nat. (Online) [online]. 2011, vol.23, n.1, pp.115-125. ISSN 1982-4513. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132011000100010>. Caxias do Sul: Educação, 2003>. Acesso em: Novembro 2018

CENSO. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/TEXTOS_DIVULGACAO_EDUCACENSO_20093.pdf>.
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/divulgacao_censo2010_revisao_04022011.pAcesso em: set. 2018.

CENSO.

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf

http://www.capaodacanoa.rs.gov.br/uploads/tiny_mce/files/pdf/educaçao/lei_3121.2015__aprovado_plano_mun._da_educacao.pdf acesso em 18-08

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/ControleSocialPrefeituras.asp> acesso em 19 agosto de 2016 as 19:42 hs

<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-osorio-rs>

CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 19, n. 4, p. 3-20, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>.

DA SILVA CARNEIRO, Gabriela Raeder; DE CÁSSIA MARTINELLI, Selma; SISTO, Fermino Fernandes. Autoconceito e dificuldades de aprendizagem na escrita. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 16, n. 3, p. 427-434, 2003.

DATA SUS- SIM-Sistema de Informações de Mortalidade. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/eventos-v/sim-sistema-de-informacoes-de-mortalidade>>. Acesso em: 25 maio 2018.

Disponível em: BRASIL

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em 04 agosto. 2017.

DUARTE, Luciano Tavares; SILVA, Denise Britz do Nascimento; BRITO, José André de Moura. Análise de para dados do Censo Demográfico 2010: uma investigação de fatores associados a erros não amostrais do levantamento de dados. Rev. bras. estud. popul., São Paulo , v. 33, n. 3, p. 679-701, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000300679&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016c0011>.

ESCHER, Fabiano *et al.* Caracterização da pluriatividade e dos pluri rendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 52, n. 4, p. 643-668, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; FERREIRA, Natália Moreira; MIFARREG Iesmy Elisa Gomes. 2017. Disponível em: <<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/132>>. Acesso em: nov. 2018.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional é uma sociedade sem empregos. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 109, p. 43-66, Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FERRETTI, Celso João; SILVA JR, João dos Reis. Educação profissional numa Sociedade sem empregos. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

GEERTZ, C. Interpretação da cultura. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, Olíria Mendes; MARTINS, Adriana Auxiliadora. Supervisão Escolar: Entre Os Ditames da legislação e os desafios da prática pedagógica. Revista Católica, Uberlândia, v.2, n.3, p 380-390,2010. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/27-Pos-Graduacao.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GRUN, Roberto. Uma sociologia das finanças e nova geografia do poder no Brasil. Tempo Soc. [conectados]. 2004, vol.16, n.2, pp.151-176. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200007>.

IBGE Dados em: acesso em 18-08.

IBGE CENSO

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/pri-meiros_resultados/default_analise.shtm> acesso em 10-08-2107>. Acesso em: 17 ago. 2017.

KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. Educ. rev., Curitiba, n. 31, p. 231-243, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

40602008000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000100014>.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

LEIS E DIRETRIZES DO BRASIL 93/94 DE 1996 (LDB)

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro; MAGALHAES, David J. A. V.. Acessibilidade e mobilidade espaciais da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise com base no censo demográfico de 2010. Cad. Metrop., São Paulo , v. 15, n. 30, p. 513-533, Dec. 2013 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962013000200513&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2013-3007>.

LONGO, Luciene Aparecida Ferreira de Barros; FERREIRA, Luciane Ouriques; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Nupcialidade indígena: possibilidades e limitações de análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010. Rev. bras. estud. popul., São Paulo , v. 33, n. 2, p. 375-398, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000200375&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016a0035>.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARINHO, Gerson L.; CALDAS, Aline Diniz Rodrigues; SANTOS, Ricardo Ventura. Indígenas residentes em domicílios "improvisados" segundo o Censo Demográfico 2010. Physis , Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 79-102, janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000100079&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2017.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina. O centro voltou a crescer?: trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade na São Paulo dos anos 2000. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 95, p. 17-37, Mar. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000100002>.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. *Educ. Real.* [online]. 2014, vol.39, n.3, pp.789-809. ISSN 2175-6236. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300009>>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO BRASIL (MEC).

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana de; RIOS-NETO, Eduardo L. G.; CARVALHO, José Alberto Magno de. Reconstrução de histórias de nascimentos a partir de dados censitários: uma análise comparativa de duas metodologias. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 21-35, June 2009. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100003&lng=en&nrm=iso. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982009000100003>.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. *Cad. Pesqui.* São Paulo, n. 117, p. 197-217, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCADIPANI, Rafael. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Rev. adm. empres.* [online]. 1999, vol.39, n.1, pp.6-12. ISSN 0034-7590. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000100002>>.

OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development. *Pisa2012rResults: what makes schools successful? Resources, policies and practices*. Paris: OECD Publishing, 2013. v. 4. DOI:10.1787/9789264201156-em REPETÊNCIA: um erro que se repete a cada ano. *Nova Escola*. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/repetencia-erro-se-repetecada-ano-67983.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs).

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010 *. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-100, Abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100075&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago; de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3504>.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. *Soc. nat.* (Online) [online]. 2009, vol.21, n.1, pp.121-129. ISSN 1982-4513. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132009000100008>>.

PEREIRA, Cicero Roberto; SOUZA, Luana Elayne Cunha de. Fatores Legitimadores da Discriminação: Uma Revisão Teórica. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 32, n. 2, e322222, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000200223&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Dec. 2018. Epub Oct 27, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e322222>.

PLANALTO DISPONÍVEL EM: Contribuição para o Desenvolvimento Regional: uma Análise no Município De Capão da Canoa. Disponível em: <[Rhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

POZENATO, José Clemente. (2003) Algumas considerações sobre região e regionalidade. Artigo publicado no livro: POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA. Disponível em: <<http://www.pmcc.com.br/index.php?sessao=geral&op=cidade#>>. Acesso em: 05 set. 2016.

QUEIROZ, Bernardo Lanza; SAWYER, Diana O. T.. O que os dados de mortalidade do Censo de 2010 podem nos dizer?. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 225-238, Dec. 2012. Available from [Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200002&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000200002>.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos and LIMA, Raphael Jonathas da Costa. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS DE CONTESTAÇÃO SOCIAL E CONFRONTO POLÍTICO. *Sociol. Antropol.* [online]. 2013, vol.3, n.5 [cited 2019-03-09], pp.175-200. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752013000500175&lng=en&nrm=iso>. ISSN 2236-7527. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v357>.

REIS, E. (1996). *Estatística descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino público de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 19, n. 3, p. 411-424, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000300008>.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1023/758>>. Acesso em: ago. 2018

_____. *A redescoberta da natureza*. Aula inaugural da FFLCH/USP, 1992.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996^a.

SASSASKI, Romeu Kasumi. *Terminologia sobre deficiência na área da inclusão*, 2002.

SILVA, Kelly Cristina Brandão da. Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes. *Pro-Posições* [online]. 2010, vol.21, n.1, pp.163-178. ISSN 1980-6248. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072010000100011>>.

SORDI, Mara Regina Lemes de *et al.* Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 2009.

SOUZA, Adriana Regina Marques de; SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldade de aprendizagem em escrita, memória e contradições. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 39-47, Dec. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 02 June 2017.

STEVANATO, Indira Siqueira *et al.* Autoconceito de crianças com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. *Psicologia em estudo*, v. 8, n. 1, p. 67-76, 2003.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da S. A.. TERRITÓRIO DE AÇÃO LOCAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFEITOS DA REIVINDICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 97-125, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752014000100097&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752014v4i15>.

TERRITÓRIO DA MINERAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA. *R. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 67-93. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbgpublicadoemjul./dez.2017http://www.acobrasil.org.br/site2015/noticia_interna.asp?id=5071>. Acesso em: maio 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE ESCOLAR NA HISTÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1822-2016): ALGUNS APONTAMENTOS. *Hist. Educ.*, Santa Maria, v. 21, n. 53, p. 158-181, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000300158&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/73607>.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves(UFScar). Disponível em: <<file:///C:/Users/Hodor/Downloads/5eixo.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2016.

VIDIGAL, Cláudia B. R.; VIDIGAL, Vinícius G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/14181/pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

VIEIRA, Carlos Alberto dos S.; ALVES Edgard Luiz G. Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública. 1995. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0376.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 9-29, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572001000200005>>.

VIEIRA, Fernando David; PEREIRA, Mario do Carmo. “Se Houvera quem me ensinara...” A educação de pessoas com Deficiência Mental. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação. Gráfica de Coimbra, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. Fundamentos da Defectologia. Obra completa toma cinco. 2. ed.
Havana: Editorial Pueblo y Educacion, 1995.

ANEXOS

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Título da pesquisa: **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA (RS): A SOCIEDADE E OS PROFESSORES DIANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRÁTICA**

Nome do(a) acadêmico(a)-pesquisador: **Daiane Russo Veronezi**

Nome dos(a) orientadores (a): Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr e Coorientador Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler

- a) Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa, que tem como objetivo conhecer a educação inclusiva na sua prática diária e real.
- b) Cada participante responderá a uma entrevista semiestruturada, realizada pelo(a) acadêmico(a)-pesquisador(a), composta por 10 questões.
- c) Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Durante a entrevista semiestruturada e o preenchimento do questionário, você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento.
- d) A sua participação como voluntário (a) [ou a do menor pelo qual você é responsável] não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza.
- e) Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados.

Confirmo ter conhecimento do conteúdo deste Termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu consentimento.

_____, _____ de _____ de 2018.

Daiane Russo Veronezi

Pesquisador(a)

Orientadores:

Dr. Daniel Luciano Gevehr

Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler

Participante da Pesquisa

APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA

B 1 – () PROFESSOR () AUXILIAR () ESTAGIÁRIO () EQUIPE PEDAGÓGICA

Atuação:() Educação Infantil () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

1- Docência com alunos de inclusão:

- () mais de um ano
- () de 2 até 4 anos
- () de 4 até 8 anos
- () mais de dez anos

2- COM BASE EM SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, ASSINALE ABAIXO SOBRE SUA “Experiência quanto a alunos inclusos”:

Com Currículo adaptado:	Sem Currículo adaptado:
() aluno não aprende de forma real	() aluno não aprende de forma real
() os demais alunos distraem-se	() os demais alunos distraem-se
() demais alunos aprendem igualmente	() demais alunos aprendem igualmente
() aluno obtém aprendizado	() aluno obtém aprendizado

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

3- As Políticas Educacionais estão sendo POSTAS em prática:

- () os alunos inclusos têm amparo pedagógico
- () as leis de amparo auxiliam na aprendizagem

professores qualificados de acordo com as necessidades

material de apoio adequado para determinadas limitações

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

4- O censo de sua escola está atualizado para recebimento de materiais didáticos pedagógicos adaptados? SE SIM, ASSINALE AS OPÇÕES ABAIXO:

materiais de apoio

salas de recursos adaptadas

mobiliário acessível nas turmas

jogos pedagógicos de acordo com as necessidades

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

5-O Professor de Educação Especial Inclusiva

trabalha em conjunto com o professor titular

TRAZ materiais adaptados de acordo com o currículo

trabalha com alunos de outras turmas

conhece a realidade de cada aluno e suas dificuldades

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

6-Quantos funcionários têm preparo para receber este aluno além da sala de aula?

1 até 5

6 até 10

- () 11 até 15
- () 16 até 20
- () acima de 20

7-Os funcionários procuram entendimento e especializações na área para atender estes alunos?

- () PROCURAM conhecer as dificuldades
- () tentam socializar
- () preferem não lidar diretamente com aluno incluso sem a presença do professor
- () não estão preparados
- () preferem não se envolver por não conhecer

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

8- Quantos funcionários há na sua escola que estão aptos para inclusão nos cargos de:

	Quantidade	Apto	Inaptos
Professores			
Funcionários			
Equipe diretiva			
Auxiliares			
Estagiários			
Outros (Quais?)			

Explique:

Não aptos _____

Inaptos: _____

Deixe aqui sua opinião para contribuir com esta pesquisa.

9- Com que frequência a escola oferece treinamentos/cursos e ou seminários em geral para conhecimento quanto à inclusão em geral?

- Semanal
- Mensal
- Anual
- Não oferece treinamento

10- A escola participa ou já participou de algum projeto, programa ou bloco de aprendizagem direcionado à inclusão nos últimos 10 anos?

- Sim Não

Se sim, explique:

11- Gostaria de deixar sua opinião no intuito de melhorias quanto à inclusão de alunos com necessidades especiais: projetos, aulas ou materiais adaptados? Todas as sugestões serão analisadas para melhor atender os alunos, auxiliando na busca de qualificação.